

2016



RELATÓRIO
ANUAL

CABEC
CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC

**RELATÓRIO ANUAL DOS ATOS E DAS CONTAS
DA DIRETORIA EXECUTIVA - EXERCÍCIO 2016**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
DESTAQUES	8
CENÁRIO ECONÔMICO E COMPORTAMENTO DO MERCADO FINANCEIRO	11
RELATÓRIO DE ATIVIDADES	15
1. PARTICIPANTES	15
1.1. IDADE MÉDIA DOS PARTICIPANTES DO PLANO BD	16
1.2. DEMONSTRATIVO DE PARTICIPANTES POR SEXO	16
2. ASPECTOS PREVIDENCIAIS	16
2.1. ADIÇÕES (RECEITAS PREVIDENCIAIS)	16
2.2. DEDUÇÕES (DESPESAS PREVIDENCIAIS)	16
2.3. RECEITAS PREVIDENCIAIS x DESPESAS PREVIDENCIAIS	16
3. ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	17
3.1. INVESTIMENTOS	17
3.2. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	18
3.3. RENDA FIXA	18
3.4. RENDA VARIÁVEL	18
3.5. IMÓVEIS	18
3.6. EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	19
4. ASPECTOS ATUARIAIS	19
4.1. PREMISSAS ATUARIAIS	19
4.2. ADEQUAÇÃO DA TAXA DE JUROS ATUARIAL À RENTABILIDADE PROJETADA PELA ENTIDADE	19
4.3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2016	20
4.4. EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT TÉCNICO DO EXERCÍCIO 2015	20
5. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS	20
RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	21
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	27
PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO – PBD	27
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA	28
RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA	29
SEGREGAÇÃO DAS DESPESAS DO PLANO BD	29
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	32
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS	33
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL (PLANO BD)	34
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL (PLANO BD)	35
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA (CONSOLIDADA)	36
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPT (PLANO BD).....	37
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	38
1. CONTEXTO OPERACIONAL	38
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	39
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	39
4. ABERTURA DOS PRINCIPAIS TÍTULOS CONTÁBEIS	42
5. PREMISSAS BIOMÉTRICAS, DEMOGRÁFICAS, ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	47
6. RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS	48
7. FUNDOS	48
8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	49
PARECER ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE 31/12/2016	50
RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES	58
MANIFESTAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	61
PARECER DO CONSELHO FISCAL	62
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	63
PATROCINADORES	64

APRESENTAÇÃO

A Diretoria Executiva da CABEC - Caixa de Previdência Privada BEC, atendendo às disposições legais e estatutárias, apresenta aos Participantes e Assistidos o Relatório Anual dos Atos e das Contas da Diretoria Executiva, relativo ao exercício de 2016.

Dessa forma, você está recebendo o Relatório de Atividades (prestação de contas da Diretoria); o Balanço Patrimonial Consolidado; a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (Consolidada); a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (Consolidada); a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL (Plano BD); a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (Plano BD); a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD); as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis, Consolidadas; o Parecer do Atuário; o Parecer dos Auditores Independentes; o Parecer do Conselho Fiscal; a Manifestac o da Diretoria Executiva; e a Manifestac o do Conselho Deliberativo com a aprovação das Demonstrac es Contábeis, tudo relacionado ao Plano de Benefícios Definido – Plano BD,  nico plano de benefícios previdencial complementar administrado pela Entidade.

Adicionalmente, você está recebendo, ainda, os Resumos das Políticas de Investimentos do Plano BD e do Plano de Gestão Administrativa - PGA para o período de 2017 a 2021, os Demonstrativos de Investimentos – DI, a Rentabilidade Bruta e Líquida dos respectivos planos e a Segregação das Despesas do Plano BD.

Na oportunidade, a Diretoria e o Conselho Deliberativo agradecem o apoio recebido do Patrocinador e a valiosa colaboração dos empregados da CABEC que, com zelo e dedicação, nos ajudaram na condução dos negócios da Entidade ao longo do ano.

RELATÓRIO ANUAL

2016

DESTAQUES

JANEIRO

- » O Sr. Carlos Antônio Cândido de Aquino, por motivo de ordem pessoal, solicitou, por meio de correspondência endereçada aos Órgãos Estatutários da CABEC e ao Patrocinador do Plano BD, no dia 05/01/2016, o seu desligamento do Conselho Deliberativo.

FEVEREIRO

- » A Sra. Francisca Albinha, por motivo de ordem pessoal, solicitou, por meio de correspondência endereçada aos Órgãos Estatutários da CABEC e ao Patrocinador do Plano BD, no dia 26/01/2016, o seu desligamento do Conselho Deliberativo, como membro suplente daquele Colegiado.

MARÇO

- » Em substituição ao ex-Conselheiro Sr. Carlos Antônio Cândido de Aquino tomou posse como membro efetivo do Conselho Deliberativo a participante Sra. Mônica de Souza Oliveira Alves.
- » Realizada no dia 17/03 reunião com os representantes do Patrocinador do Plano BD, Banco Bradesco S/A, contando com a participação dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Cabec e dos representantes da AFABEC - Associação dos Funcionários Aposentados do BEC, excepcionalmente convidados para a ocasião, oportunidade em que se discutiu a solução para a situação atual do Plano BD, enfatizando o grave e crescente déficit atuarial que o Plano acumula, em função do elevado desequilíbrio de fluxo de caixa, com baixa arrecadação e alta folha de pagamento, aumento da longevidade dos assistidos, gerando passivo atuarial sempre crescente, dentre outros. Para o Patrocinador, a solução definitiva para o problema passa pela retirada de patrocínio.
- » Solicitada, formalmente, pelo Patrocinador do Plano BD, a retirada de Patrocínio do Plano em questão, com início do processo a partir de 21/03/2016, de acordo com correspondência recebida pelo Conselho Deliberativo desta Entidade.
- » Aprovado o Plano de Equacionamento relativo ao déficit técnico atuarial apresentado pelo Plano BD, no exercício de 2014, no valor de R\$ 39.769.986,82 (trinta e nove milhões setecentos e sessenta e nove mil novecentos e oitenta e seis reais e oitenta e dois centavos), atualizado até janeiro/2016 - R\$ 33.190.102,27 (trinta e três milhões cento e noventa mil cento e dois reais e vinte e sete centavos) valor histórico -, apurado na forma da Resolução CNPC nº 22/2015, conforme Plano de Equacionamento de Déficit Técnico Acumulado elaborado pelo Atuário do Plano.

- » Alterados os prazos para a concessão de empréstimos a participantes e assistidos em face da solicitação formal do Banco Bradesco S.A., Patrocinador do Plano BD, de retirar o patrocínio do Plano em questão.
- » O Sr. Francisco Nogueira Lima, por motivo de ordem pessoal, solicitou, por meio de correspondência endereçada aos Órgãos Estatutários da CABEC e ao Patrocinador do Plano BD, no dia 03/03/2016, o seu desligamento como membro suplente do Conselho Fiscal.
- » Indicados pelo Banco Bradesco S.A., na condição de Patrocinador desta Entidade em correspondência enviada à Diretoria da CABEC, os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, conforme abaixo:
 - Como membro suplente do Conselho Deliberativo da Sra. Mônica de Sousa Oliveira Alves, a Sra. Maria Cláudia Mércia Brasileiro Dias, em substituição à Sra. Francisca Albinha Sousa Rodrigues, que formalizou a sua dispensa, a partir de 26/01/2016; e
 - Como membro suplente do Conselho Fiscal do Sr. João Herty Lima Silva, o Sr. José Airton Campos, em substituição ao Sr. Francisco Nogueira Lima, que formalizou a sua dispensa, a partir 03/03/2016.

ABRIL

- » Promovido nos dias 19 e 20/04/2016, em Fortaleza, Seminários sobre Retirada de Patrocínio com representantes do Banco Bradesco S/A nas pessoas das Sras. Patrícia Maria de Carvalho Ferreira e Leila Ramos Hissauni, com a colaboração da Diretora Superintendente da CABEC, Sra. Sandra Maria Nery Araújo. Na ocasião, foram prestados os esclarecimentos aos participantes e assistidos do Plano BD relativos ao processo de Retirada de Patrocínio, ora em curso, oportunidade em que os presentes conheceram todas as opções que lhes serão oferecidas, no bojo do processo.
- » Solicitado pela CABEC o cancelamento de sua inscrição como patrocinadora do Plano BD, com a conseqüente retirada de patrocínio. Tal solicitação se deve ao fato de o Patrocinador majoritário, Banco Bradesco S.A., ter solicitado a retirada do seu patrocínio do Plano em questão, ficando a Entidade, conseqüentemente, impossibilitada de manter o patrocínio, de forma isolada.

MAIO

- » Celebrado entre a CABEC e o Bradesco, Patrocinador majoritário do Plano BD, em 05/05/2016, o INSTRUMENTO PARTICULAR DE ASSUNÇÃO DE DÍVIDA E FORMA DE PAGAMENTO SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA, que estabelece as condições para o pagamento do déficit técnico ajustado, apurado em 31/12/2014, no valor de R\$ 39.770 mil, corrigido pela meta atuarial do Plano BD, até 31/01/2016 - valor histórico R\$ 33.190 mil -, sendo: R\$ 19.115 mil, de responsabilidade do Bradesco, a serem pagos até o dia 31/05/2016 corrigidos pela meta atuarial, e R\$ 20.655 mil, de responsabilidade dos participantes ativos e assistidos, a serem quitados também pelo Bradesco, sob condição resolutiva, até 31/03/2019, ou por ocasião do encerramento do processo de retirada de patrocínio do Plano BD, o que ocorrer primeiro.
- » Promovido no dia 07/05/2016, na cidade do Crato-Ce, Seminário com representantes do Banco Bradesco S/A nas pessoas das Sras. Patrícia Maria de Carvalho Ferreira e Leila Ramos Hissauni, com a colaboração da Diretora Superintendente da CABEC, Sra. Sandra Maria Nery Araújo. Na ocasião, a exemplo do que já ocorreu nos dias 19 e 20/04/2016, em Fortaleza, foram prestados os esclarecimentos aos participantes e assistidos do Plano BD relativos ao processo de Retirada de Patrocínio, ora em curso, oportunidade em que os presentes conheceram todas as opções que lhes serão oferecidas, no bojo do processo.
- » Implantado em 31/05/2016, o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico Ajustado do exercício de 2014, com o pagamento à vista da parcela de responsabilidade do Bradesco no valor de R\$ 19.983 mil e o reconhecimento contábil da parcela de responsabilidade dos participantes e assistidos do Plano BD, amparado na CLÁUSULA SEGUNDA do INSTRUMENTO PARTICULAR DE ASSUNÇÃO DE DÍVIDA E FORMA DE PAGAMENTO SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA, acima mencionado.

JUNHO

- » Autorizado pelo Conselho Deliberativo a venda dos imóveis atualmente em carteira, de acordo com o que estabelece o Art. 60, inciso II do Estatuto Social da CABEC, em consequência da Retirada de Patrocínio do Plano BD onde é necessário tornar líquidos todos os ativos do Plano BD.

JULHO

- » Dando continuidade às fases do processo de retirada de patrocínio, na forma do que determina o § 2º do Art. 16, da Resolução CNPC nº 11/2013, a CABEC enviou correspondências a 5 (cinco) administradoras de Planos de Previdência Privada Aberta: Brasilprev Seguros e Previdência S.A.; SANTANDER Previdência; Mongeral Aegon Seguros e Previdência; Icatu Seguros S.A.; e Bradesco Vida e Previdência - BVP, com o objetivo de apresentar aos participantes e assistidos do Plano BD, proposta de transferência de recursos em negociação coletiva, objetivando ganho de escala, e a preservação dos direitos e dos benefícios existentes no Regulamento do Plano.

SETEMBRO

- » Recebidas das 5 administradoras de Planos de Previdência Aberta, as propostas solicitadas pela CABEC. Das propostas recebidas, apenas a Bradesco Vida e Previdência se comprometeu a preservar todos os direitos dos assistidos, na forma estabelecida no Regulamento do Plano BD, exceção apenas do índice de reajuste dos benefícios que seria substituído pelo IPCA, ao invés do INPC. Com relação aos ativos do Plano BD, não foi apresentada proposta semelhante, permanecendo a proposta apresentada pelo próprio Bradesco no sentido de levar os ativos empregados daquele Patrocinador para fazerem parte do Plano de Previdência oferecido aos seus demais empregados, denominado 5 x 4.
- » Após eleição realizada entre os seus pares, ficou assim constituído o Conselho de Ética para o período de outubro/2016 a outubro/2018:
 - Francisco Luiz Fernandes - membro titular;
 - Sandra Maria Nery Araújo – membro suplente;
 - Maria Nailma Marques Pereira – membro titular;
 - João Herty Lima Silva – membro suplente;
 - Antônio José Vieira de Araújo – membro titular;
 - Neyara de Almeida Gomes – membro suplente.
- » O Sr. Dorival de Oliveira Arrais Junior, por motivo de ordem pessoal, solicitou, por meio de correspondência endereçada aos Órgãos Estatutários da CABEC e ao Patrocinador do Plano BD, o seu desligamento como membro efetivo do Conselho Fiscal.

OUTUBRO

- » Enviada pelo Bradesco, Patrocinador do Plano BD, correspondência comunicando a sua desistência do pedido de Retirada de Patrocínio do Plano em questão.
- » A CABEC, na qualidade de patrocinadora do Plano BD, comunica também a desistência do seu pedido de Retirada de Patrocínio, acompanhando a decisão do Patrocinador majoritário.

DEZEMBRO

- » Aprovada pelo Conselho Deliberativo a Revisão das Políticas de Investimentos dos Planos BD e Gestão Administrativa para o período de 2017 a 2021.
- » O Sr. Ricardo Antônio Machado Barata, por motivos de ordem pessoal, solicitou aos Órgãos Estatutários e ao Patrocinador do Plano BD o seu desligamento como membro suplente do Conselho Deliberativo.
- » Aprovada pela Diretoria e pelo Conselho Deliberativo as Hipóteses Biométricas, Demográficas, Financeiras e Econômicas a serem empregadas na Avaliação Atuarial de 31/12/2016.
- » Aprovado pelo Conselho Deliberativo o Plano de Equacionamento, relativo ao déficit técnico atuarial apurado no exercício de 2015, no valor histórico de R\$ 21.130.672,60 (vinte e um milhões cento e trinta mil seiscientos e setenta e dois reais e sessenta centavos), a ser atualizado pela meta atuarial, quando da sua efetiva implantação. Abaixo, apresenta-se o quadro demonstrativo da apuração do déficit técnico atuarial do exercício de 2015, ora equacionado, parte integrante do Plano de Equacionamento elaborado pelo atuário do Plano BD:

DÉFICIT	31/12/2015	OBSERVAÇÕES
Déficit técnico acumulado em 31/12/2015	(90.536.780,92)	
Déficit de 31/12/2014 equacionado *	(39.000.903,07)	
Déficit de 31/12/2015	(51.535.877,85)	
Limite do Déficit Técnico Acumulado	(24.914.384,25)	Duração do passivo: 10,1 anos (base 12/2015). Limite de 6,1% das provisões matemáticas.
Ajuste de precificação	5.490.820,99	Base 12/2015. Considerando o período total. Taxa atuarial de 5,60% a.a..
Déficit a ser equacionado (31/12/2015)	(21.130.672,60)	

* Atualizado para 31/12/2015 de acordo com a meta atuarial (INPC+5,6% a.a.)

RELATÓRIO ANUAL

2016

CENÁRIO ECONÔMICO E COMPORTAMENTO DO MERCADO FINANCEIRO

O ano de 2016 foi marcado por surpresas, tanto no front político como econômico. Eventos como o Brexit (a saída da Inglaterra da União Europeia) e a eleição de Donald Trump contribuíram para maior incerteza global, em um mundo preocupado com a evolução da economia chinesa e com infindáveis crises geopolíticas.

O Brasil passou pelo afastamento da presidente Dilma e o início de um novo governo, com mudanças drásticas na orientação da política econômica, mas pressionado por baixo apoio popular em meio às incertezas decorrentes da operação Lava Jato e uma economia mergulhada em profunda recessão.

Entre os diversos eventos que ocorreram em 2016, o mais surpreendente foi à vitória de Donald Trump para a presidência dos EUA. Com um discurso pró-crescimento, calcado na expansão fiscal e creditícia, colocou em xeque o cenário atual marcado por elevada liquidez e juros próximos à zero. Os mercados passaram a precificar a vigência de um novo ambiente macroeconômico, caracterizado por juros elevados e dólar forte. O Fed foi obrigado a abandonar a cautela no ajuste monetário, sinalizando para um ajuste mais forte à frente.

Por outro lado, os principais BCs das economias avançadas começaram a reconhecer as limitações de suas políticas de dinheiro fácil, buscando encorajar os políticos a conduzir o crescimento por meio de estímulos fiscais. Enquanto o Banco do Japão (BoJ) reluta em lançar mão do estímulos monetários adicionais, apesar da fraqueza da economia japonesa, o Banco Central Europeu (BCE) estendeu seu programa de compra de títulos até o final de 2017, mas reduziu o volume comprado de 80 bilhões de euro/mês, para 60 bilhões de euros, a partir de março.

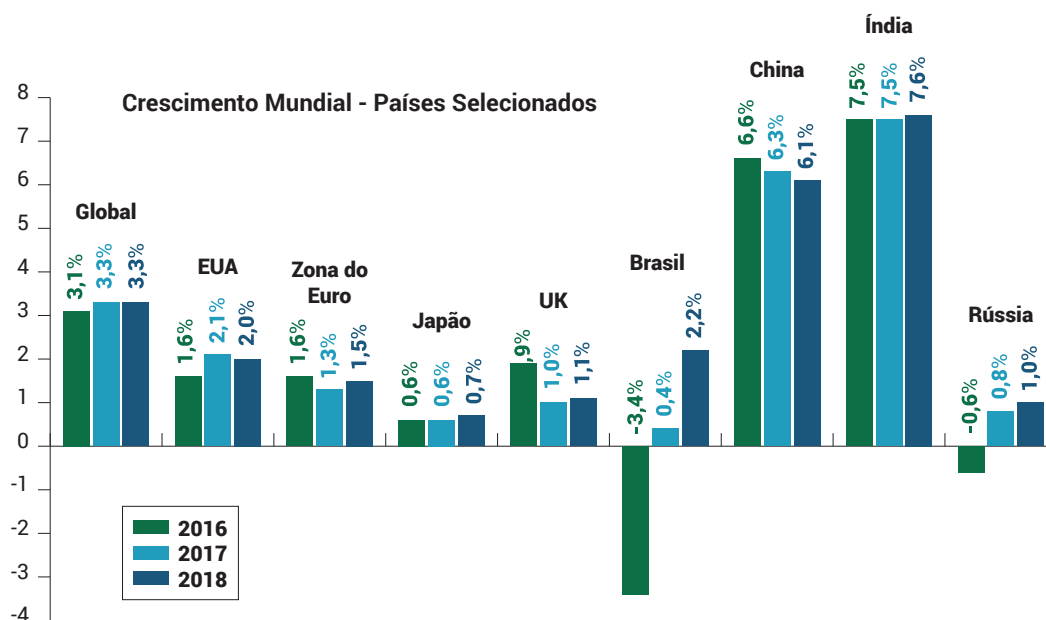
Os EUA devem fechar 2016 com crescimento em torno de 1,5%. Depois de um primeiro semestre de fraco crescimento, a economia deslançou na segunda metade do ano. Essa trajetória deve ser reforçada pela política estimulativa do novo governo em 2017. O PIB americano deve aumentar 2,1% no próximo ano. Europa e Japão devem manter um quadro de estagnação econômica, mantendo baixas taxas de crescimento e inflação próxima de zero. A economia da China tem respondido positivamente aos estímulos governamentais, devendo fechar 2016 com crescimento pouco acima da meta oficial (6,5%). O crescimento baseado na expansão do crédito já dá sinais de esgotamento. O crédito corporativo atingiu 180% do PIB em 2016, em um setor envolto em elevada ociosidade, reduzindo a eficiência na alocação de crédito, além de aumentar a vulnerabilidade financeira. O cenário para os próximos anos é a manutenção do pouso suave da economia chinesa.

Em que peses as prováveis mudanças de balanceamento da política econômica nos países avançados, a economia mundial deve manter um crescimento moderado, não muito diferente do observado em 2016. O risco maior para a economia mundial, nos próximos anos, seria a adoção de medidas protecionistas pelo novo governo norte-americano. O enfraquecimento

do comércio mundial, a médio prazo, resultaria em queda da produtividade em termos globais, levando a um cenário de desaceleração da economia mundial.

CENÁRIO 2017

Para 2017, as projeções apontam para o mundo crescendo 3,3%, ligeiramente acima do crescimento de 3,1% esperado para 2016.



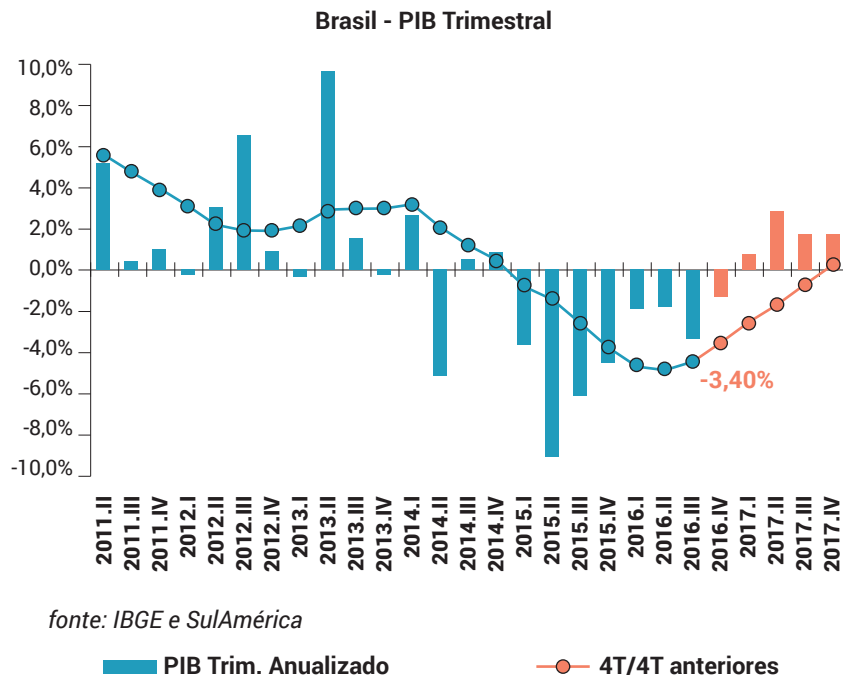
Fonte: FMI, SulAmérica.

ECONOMIA BRASILEIRA

A economia brasileira deve encerrar 2016 com queda de 3,4%, acumulando retração próxima de 8% no biênio 2015/16. As fortes contrações do consumo das famílias e dos investimentos explicam o desempenho no período. A taxa de desemprego, excluído os efeitos estacionais, ficou em 9,0% 2015, devendo fechar 2016 em 12,5%. A inflação, que iniciou o ano em 10,7%, apresentou trajetória de queda ao longo do ano, acentuada nos últimos meses, devendo ficar ligeiramente abaixo do teto da meta de inflação (6,5%). Esse desempenho, em meio ao aprofundamento da queda da atividade, permitiu que o Banco Central desse início a cauteloso processo de flexibilização monetária. As contas públicas ressentiram-se das fortes quedas da arrecadação, devendo apurar déficit primário de 2,5% do PIB, o que fará com que a dívida pública alcance 72,5% do PIB.

Os indicadores de confiança voltaram a mostrar deterioração nos últimos meses, captando o agravamento da crise política, em meio a uma economia que não dá sinais de melhora. O elevado nível de endividamento da economia como um todo impõe forte restrição à retomada do crescimento. A desalavancagem do setor público em todas as suas esferas e do setor privado (famílias e empresas) tem limitado a reação da economia, levando a postergação das decisões de consumo e investimentos. A atividade econômica enfraqueceu nos últimos meses, sugerindo que o fundo do poço não será alcançado no final de 2016. O PIB deve mostrar ligeira queda no último trimestre, deixando um efeito negativo para 2017.

A manutenção da estabilidade do ambiente político, garantindo a governabilidade necessária à aprovação das reformas estruturantes, é hipótese básica para a retomada do crescimento ao longo de 2017. As incertezas sobre os desdobramentos políticos da operação Lava Jato se constituem na maior ameaça a esse cenário. Projetamos expansão de 0,40% para o PIB em 2017. A modesta recuperação da atividade, neste ano, reflete os fortes limitantes ao crescimento presentes na economia.



O endividamento corporativo atingiu 25,6% do PIB em outubro, após ter atingido o pico de 28,5% em maio último. Esse nível de alavancagem praticamente fecha as portas do crédito como fonte de financiamento dos investimentos. Os lucros retidos estão sendo utilizados para limpar os balanços, diminuindo a disponibilidade de recursos para a despesa com investimentos. O ambiente político conturbado deve contribuir para manutenção dos investimentos em compasso de espera. Outro fator que inibe as decisões de investir é a elevada capacidade ociosa presente no parque produtivo.

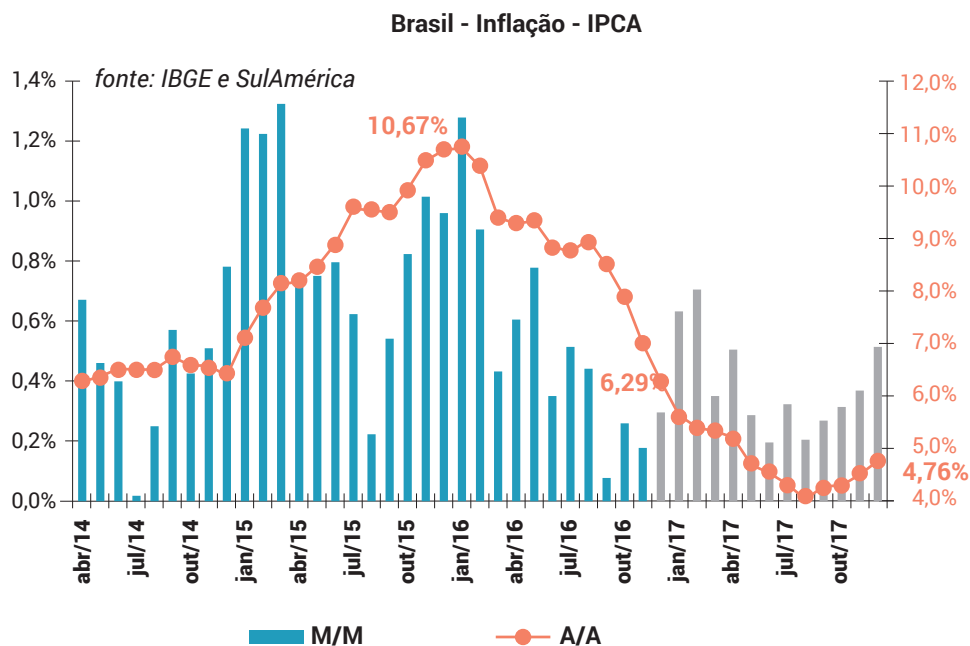
Os fundamentos do consumo permanecem frágeis. O nível de endividamento das famílias encontra-se em níveis elevados (25,2% do PIB). A taxa de desemprego deve continuar subindo ao longo do primeiro semestre, levando a contração adicional da renda. Na melhor das hipóteses, espera-se por tímida contribuição do consumo para a retomada da atividade, neste ano.

O setor público também se encontra altamente endividado, impondo a necessidade de um ajuste fiscal profundo, implicando na reversão dos déficits fiscais primários. A limitação da evolução dos gastos públicos terá um efeito negativo sobre o consumo do governo nos próximos anos, se constituindo em mais um limitativo para a recuperação do PIB no curto prazo.

Atenuante a esse ambiente de restrições viria das taxas de juros, que podem apresentar significativa trajetória de queda ao longo de 2017, constituindo-se em fator importante na determinação da recuperação (ainda que tímida) que a economia apresentará, neste ano.

A inflação que se mostrava mais resiliente ao longo da primeira metade do ano passado ingressou em um processo desinflacionário mais incisivo ao longo dos últimos meses.

Contribuiu para isso o agravamento da recessão. O aumento do hiato do produto atenuou o processo de alta de preços relacionados à atividade, como os serviços, contribuindo para reduzir a inércia presente nesse grupo de preços. Melhora na oferta de grãos (soja, milho) reduziu os preços dessas commodities, com importante impacto baixista sobre a cadeia proteica. A apreciação do real e a queda da demanda determinaram tendência baixista aos produtos industriais. O IPCA, que encerrou o primeiro semestre contabilizando inflação de 8,84% em termos anuais, deve ficar em 6,29% ao final de dezembro, fechando 2016 dentro da meta.



Agenda política evoluindo para a construção de novo regime fiscal, atividade em queda e perspectivas inflacionárias convergindo para o centro da meta gera ambiente que permitirá ao Banco Central intensificar a redução da Selic ao longo de 2017. Esse processo terá como corolário a aceleração do processo de desalavancagem das empresas e família permitindo a retomada do crescimento.

As expectativas que cercam o ano de 2017, atualmente, são melhores do que aquelas presentes ao final de 2015, quando o país encontrava-se mergulhado em profunda crise política, fragilizando a capacidade de o governo buscar soluções de superação da crise econômica.

Alguns pontos permitem certo otimismo. Crescimento maior da economia americana, podendo resultar em desvalorização cambial, mantendo impulso positivo ao setor externo, e, por conseguinte, ao setor industrial. Avanços da agenda fiscal, ao lado de juros domésticos em queda, contribuindo para o aumento da confiança dos agentes, devem pavimentar o caminho para um maior dinamismo econômico em 2017. No entanto, há riscos que não devem ser ignorados. Incertezas no campo político, decorrentes das delações no âmbito da Lava Jato, limitando a capacidade de governança de executar reformas em um quadro de crise fiscal dos estados, podem gerar obstáculos e retardar a retomada da economia.

Fonte: Sul América Investimentos

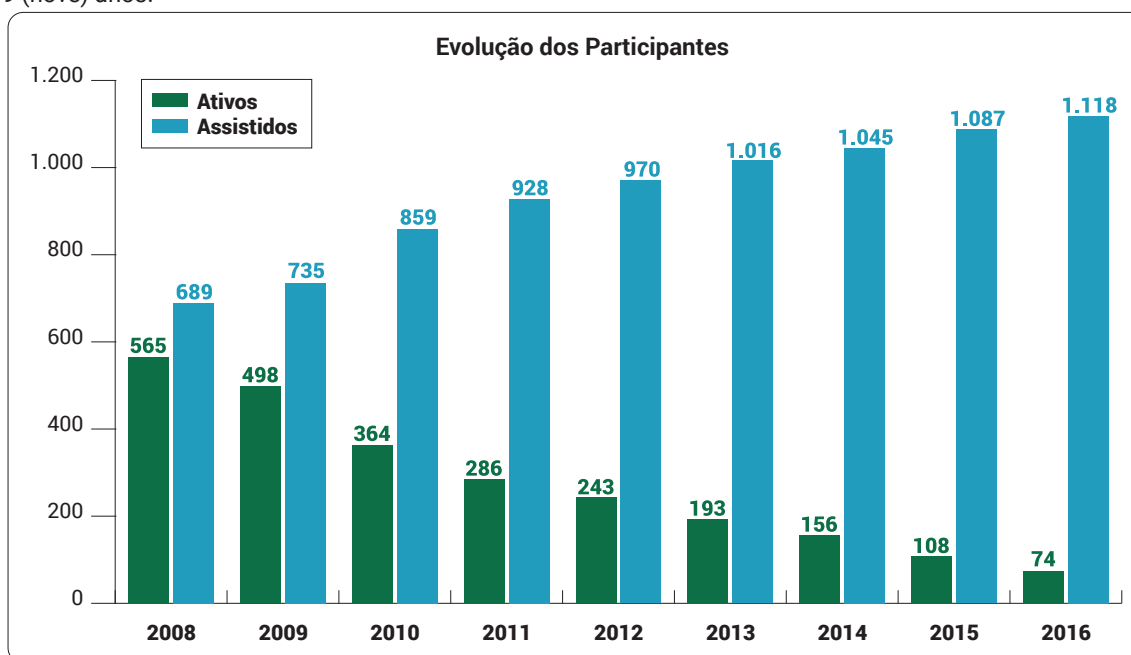
RELATÓRIO ANUAL 2016

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. PARTICIPANTES

Ao final do exercício de 2016, a CABEC contava com uma população de 1.192 participantes, entre ativos e assistidos (1.195 em 2015), assim distribuídos: 74 ativos (108 em 2015) e 1.118 assistidos (1.087 em 2015).

A título de ilustração, apresentamos abaixo o gráfico demonstrativo da evolução dos participantes do Plano BD nos últimos 9 (nove) anos.



1.1. IDADE MÉDIA DOS PARTICIPANTES DO PLANO BD

SITUAÇÃO	MÉDIA IDADE	
	2016	2015
Aposentadoria por Idade	71	71
Aposentadoria Tempo de Contribuição	66	65
Auxílio-Doença	56	56
Invalidez	62	61
Ativo Vinculado	55	54
Autopatrocinado	51	50

1.2. DEMONSTRATIVO DE PARTICIPANTES POR SEXO

SITUAÇÃO	2016		2015	
	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO
Aposentados	486	516	477	501
Pensionistas (*)	26	99	26	94
Ativos	54	17	77	30
Auxílio-Doença	3	4	0	5

(*) Considerado o número de pensionistas e não o número de pensões. Em 2016 tinham 112 pensões, com 125 pensionistas. (Em 2015, 105 pensões e 120 pensionistas). Cabe esclarecer que uma pensão poderá resultar em mais de um(a) pensionista.

2. ASPECTOS PREVIDENCIAIS

2.1. ADIÇÕES (RECEITAS PREVIDENCIAIS)

Com R\$ 51.773 mil (R\$ 8.320 mil em 2015), verifica-se aumento de 522,27% em relação ao ano anterior. Tal fato foi consequência da contabilização, além das contribuições normais para o Plano BD – patronal e social -, da implantação do equacionamento do déficit técnico atuarial verificado em 2014, de acordo com o Plano de Equacionamento do déficit em questão aprovado pelo Conselho Deliberativo, gerando receitas adicionais para o Plano no montante de R\$ 42.859 mil.

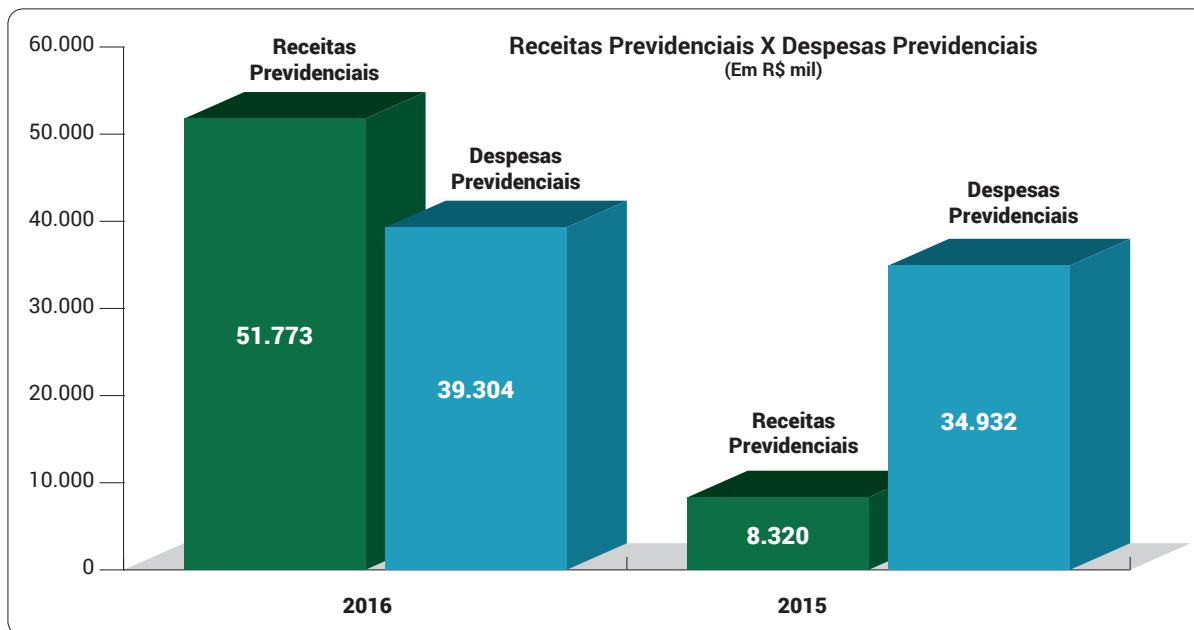
2.2. DEDUÇÕES (DESPESAS PREVIDENCIAIS)

Verificou-se aumento de 12,52% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 39.304 mil (R\$ 34.932 mil em 2015), sendo R\$ 33.920 mil de folha de pagamento de complementação de aposentadoria, R\$ 3.015 mil de folha de pagamento de abono anual, R\$ 1.766 mil de folha de pagamento de complementação de pensão, R\$ 367 mil de pecúlio por morte, R\$ 49 mil de resgate de poupança, R\$ 168 mil de folha de pagamento de complementação de auxílio-doença e R\$ 19 mil de outras deduções.

2.3. RECEITAS PREVIDENCIAIS X DESPESAS PREVIDENCIAIS

Observa-se que as receitas previdenciais do Plano BD, ao longo do exercício, totalizaram R\$ 51.773 mil, enquanto que as despesas com o pagamento de benefícios totalizaram R\$ 39.304 mil, apresentando, portanto, resultado positivo de R\$ 12.469 mil, ocasionado, principalmente, pelo registro da implantação do equacionamento do déficit técnico atuarial verificado em 2014, conforme mencionado no item 2.1 acima.

A título de ilustração, apresentamos abaixo o gráfico comparativo entre as Receitas Previdenciais e Despesas Previdenciais do Plano BD nos últimos dois anos.

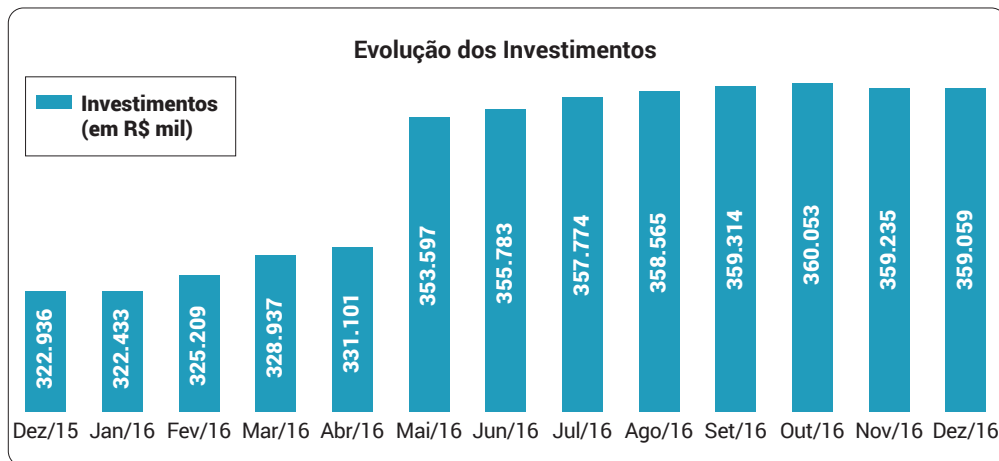


3. ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

3.1. INVESTIMENTOS

A rentabilidade auferida em 2016 foi de 15,46% (12,76% em 2015). Com esse resultado, o plano atingiu 123,19% da sua meta atuarial (INPC + 5,6% a.a.) que foi de 12,55%. A rentabilidade acumulada em 2016 foi favorecida positivamente pelos investimentos em Renda Fixa, Renda Variável e Imóveis, cujo desempenho foi de 14,71%, 18,65% e 32,89%, respectivamente, enquanto que os Empréstimos renderam 16,07%.

A título de ilustração, apresentamos abaixo o gráfico contendo a evolução mensal dos investimentos durante o exercício de 2016.



Observa-se que, mesmo o Plano BD tendo realizado despesas previdenciais no montante de R\$ 39.304 mil, os investimentos cresceram R\$ 36.123 mil, em função da boa rentabilidade obtida no período, combinado com o recebimento de R\$ 19.983 mil relativos ao pagamento à vista efetuado pelo Patrocinador Bradesco da parte patronal do déficit atuarial do Plano BD, apurado em 2014, ocorrido em maio/2016.

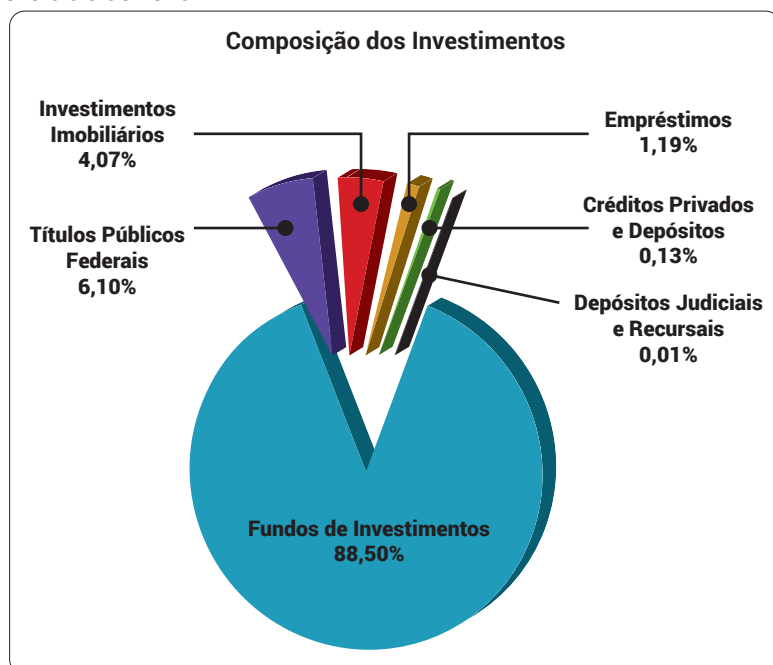
3.2. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

No final do exercício de 2016, os investimentos da CABEC apresentaram a seguinte composição:

Em R\$ mil

INVESTIMENTOS	VALOR	% DO TOTAL
Fundos de Investimento	317.778	88,50%
Títulos Públicos Federais	21.887	6,10%
Investimentos Imobiliários	14.623	4,07%
Empréstimos	4.277	1,19%
Créditos Privados e Depósitos	450	0,13%
Depósitos Judiciais e Recursais	44	0,01%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	359.059	100,00%

A título de ilustração, apresentamos abaixo o gráfico contendo a composição dos investimentos no encerramento do exercício de 2016.



3.3. RENDA FIXA

No segmento de Renda Fixa, a CABEC obteve em 2016 rentabilidade de 14,71%, resultante de aplicações em Fundos de Investimentos classificados como de Renda Fixa, Multimercado, além dos Fundos de Direitos Creditórios – FIDC's. O valor total das aplicações neste segmento totalizaram R\$ 330.282 mil (R\$ 269.562 mil em 2015), não obstante o pagamento de benefícios no montante de R\$ 39.304 mil. Esse crescimento foi decorrente da boa rentabilidade obtida no período, combinado, principalmente, com o aporte de R\$ 19.983 mil efetuado pelo Bradesco, Patrocinador do Plano BD, relativo ao pagamento à vista da parte patronal do déficit técnico acumulado do exercício de 2014. Essas aplicações foram efetuadas em consonância com a Política de Investimentos e a legislação vigente.

3.4. RENDA VARIÁVEL

Neste segmento, a CABEC mantém aplicações em três categorias diversificadas de fundos de Renda Variável (IBX Ativo, Dividendos e de Valor), no montante total de R\$ 9.833 mil (R\$ 10.385 mil em 2015), alocados dentro de fundos Multimercado administrados pela BRAM Asset Management, pela Sul América Investimentos e pelo Banco Fator. A rentabilidade acumulada no exercício de 2016 foi de 18,65%. A redução verificada entre os valores aplicados em 2015 e 2016 foi decorrente de transferências de aplicações de renda variável para renda fixa, efetuadas pelos gestores no decorrer do exercício.

3.5. IMÓVEIS

A Carteira de Imóveis, que importa em R\$ 14.623 mil (R\$ 12.162 mil em 2015), representa 4,07% dos Investimentos. A rentabilidade acumulada no ano foi de 32,89%, impactada pela reavaliação dos imóveis ocorrida em 2016, por força da legislação vigente.

3.6. EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

A carteira de empréstimos a participantes, com 502 contratos ativos, totaliza R\$ 4.277 mil (R\$ 5.285 mil em 2015), representando 1,19% dos Investimentos, com rentabilidade acumulada no ano de 16,07%. A redução verificada entre os valores acima mencionados foi decorrente da diminuição do prazo de concessão, com o objetivo de alinhar esse prazo ao prazo final do processo de retirada de patrocínio, então em curso.

4. ASPECTOS ATUARIAIS

Observa-se na Nota Explicativa 4.6.1, que o passivo atuarial da Entidade é constituído pelas provisões matemáticas, valor que expressa, hoje, os compromissos futuros assumidos com os participantes e assistidos do Plano BD. Esse passivo é reavaliado, anualmente, conforme determina a legislação, e leva em conta além das características da massa de participantes do Plano BD, as hipóteses biométricas, demográficas e econômicas e financeiras.

4.1. PREMISSAS ATUARIAIS

Constituem o conjunto de parâmetros empregados nos cálculos da obrigação atuarial e são definidos após estudo técnico realizado com esta finalidade. O quadro abaixo resume, comparativamente, as premissas empregadas nas reavaliações de 31/12/2016 e 31/12/2015.

PREMISSAS FINANCEIRAS E ATUARIAIS	2016	2015
Taxa Real Anual de Juros	5,6% a.a.	5,6% a.a.
Rotatividade	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real de Salário	0,00%	0,00%
Tábua Atuarial de Mortalidade Geral de Válidos	AT – 2000 Basic, masculina, suavizada em 15%	AT – 2000 M, suavizada em 15%
Tábua Atuarial de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua Atuarial de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled F	RP 2000 Disabled F
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários e dos Benefícios do Plano	0,975	0,975
Composição da família de pensionistas	Informada	Família real
Composição familiar antes da aposentadoria	90% casados. Filhos - 2, cujo tempo que falta para atingirem a maioria é (55 - idade do participante)/2	-
Composição familiar após a aposentadoria	Informada	-

4.2. ADEQUAÇÃO DA TAXA DE JUROS ATUARIAL À RENTABILIDADE PROJETADA PELA ENTIDADE

A taxa real de juros atuarial empregada na avaliação de 31/12/2016, de 5,6% ao ano, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em sua Reunião nº 423, de 28/12/2016, que tomou por base o “Estudo de Aderência da Taxa Real de Juros” elaborado pelo atuário do Plano BD, cujo resultado se mostrou dentro do intervalo estabelecido pela Portaria PREVIC nº 186/2016.

Considerando as naturais dificuldades de projeção para períodos extensos, notadamente no que diz respeito à incerteza associada ao retorno dos investimentos, taxa de inflação e fluxos atuariais, e que as reavaliações atuariais são procedidas anualmente, na avaliação da aderência da taxa de juros está sendo estimada a taxa média de rentabilidade real das projeções do triênio 2017 a 2019, indicadas no quadro abaixo:

TAXA ANUAL	2017	2018	2019
Rentabilidade Nominal Projetada (1)	12,29%	11,70%	11,51%
IPCA Projetado (1)	5,44%	5,19%	5,09%
Rentabilidade Real Projetada (2)	6,50%	6,19%	6,11%
Nota: (1) Resultado do estudo Adequação da Taxa de Juros Real Anual realizado pela empresa Willis Towers Watson, realizado 29 de novembro de 2016; (2) Calculada pela CABEC.			

4.3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2016

Na avaliação atuarial de 31/12/2016, realizada pelo atuário do Plano, foram quantificadas Provisões Matemáticas de R\$ 425.365 mil, expressando na referida data o valor presente líquido dos benefícios previdenciais futuros dos participantes ativos e assistidos do mencionado plano de benefícios. Confrontando-se as Provisões Matemáticas que representam o Passivo Atuarial do Plano, no valor de R\$ 425.365 mil, com o Ativo Líquido, de R\$ 377.996 mil, que representa o Patrimônio de Cobertura do Plano, restou quantificado déficit técnico acumulado, de R\$ 47.369 mil (R\$ 90.537 mil em 2015), correspondente a 11,14% do valor das Provisões Matemáticas. A redução aqui apresentada foi consequência de: (¹) equacionamentos dos déficits técnicos atuariais ajustados dos exercícios de 2014 e de 2015; e (²) a boa rentabilidade obtida nos investimentos do Plano que, como já mencionado, alcançou 15,46% no exercício, isto é, 123,19% da sua meta atuarial, que foi de 12,55% no ano.

4.4. EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT TÉCNICO DO EXERCÍCIO 2015

Como é do conhecimento de todos, o Plano BD registrou, em 31/12/2015, o montante de R\$ 51.536 milhões de déficit técnico atuarial, após os ajustes relativos ao equacionamento do déficit apresentado em 31/12/2014.

Para atender ao que determina a Lei Complementar nº 109/2001, e o § 1º do Art. 28 da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, e suas alterações, foi aprovado em 28/12/2016, pelo Conselho Deliberativo, o Plano de Equacionamento, relativo ao Déficit técnico atuarial sob comento, a ser pago pelos Patrocinadores, participantes ativos e assistidos (aposentados e pensionistas).

Embora o déficit técnico acumulado do exercício de 2015 tenha sido R\$ 51.536 mil, conforme acima mencionado, o valor do déficit a ser equacionado, de acordo com o Art. 28 da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, caput, é de R\$ 21.130.672,60 (vinte e um milhões cento e trinta mil seiscentos e setenta e dois reais e sessenta centavos), valor histórico, a ser atualizado pela meta atuarial, quando da sua efetiva implantação, em fevereiro de 2017, conforme § 10 do Art. 28 da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008.

Abaixo, apresenta-se o quadro demonstrativo da apuração do déficit técnico atuarial do exercício de 2015, ora equacionado, parte integrante do Plano de Equacionamento elaborado pelo atuário do Plano BD:

Em R\$ mil	
DESCRIÇÃO	2014
(A) Patrimônio de Cobertura do Plano BD em 31/12/2015	317.896
(B) Provisões Matemáticas do Plano BD (BaC+BC) em 31/12/2015	408.433
(C) Déficit Técnico de 2014 equacionado em 31/03/2016 (*)	39.001
(D) = (A-B+C) Equilíbrio Técnico do Plano BD em 31/12/2015	(51.536)
(E) Limite do Déficit do Plano BD (**)	(24.914)
(F) Ajuste de Precificação dos Títulos	5.491
(G) = (D-E+F) Valor Líquido do Déficit de 2015 a ser equacionado (***)	(21.131)
(*) Valor atualizado até 31/12/2015 pela meta atuarial (INPC+5,6% a.a.) (**) Limite permitido para não equacionamento imediato do Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática. (duração do passivo = 10,1 anos) (***) Prazo para amortização do Plano de Equacionamento = 169 meses (182 meses - 13 meses de carência).	

5. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

A CABEC conta com uma equipe de trabalho constituída de 11 (onze) empregados do quadro próprio (11 em 2015), incluindo 1 (uma) empregada em gozo de licença-saúde e uma empregada exercendo o cargo de diretora estatutária, além de 3 (três) empregados do Banco Bradesco S.A., participantes do Plano BD, cedidos sem ônus para esta Entidade, 2 (dois) dos quais exercendo cargos de diretores estatutários.

Fortaleza (CE), 15 de fevereiro de 2017.

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto
Diretora Adm. e de Seguridade

Francisco Luiz Fernandes
Diretor Financeiro

Sandra Maria Nery Araújo
Diretora Superintendente

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Relatório Resumo - Política de Investimentos - CABEC - Caixa de Previdência Privada BEC			
Aprovada para o exercício de 2017			
Plano de Benefícios:		Plano de Benefício Definido - PBD	
Nº da ata de aprovação:	422	Data aprovação pelo Conselho Deliberativo:	28/12/2016
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ:		Francisco Luiz Fernandes	
CPF:		042.833.413-04	
Cargo:		Diretor Financeiro	
Segmento:		Plano de Benefícios	
Período:		01/01/2017 a 31/12/2017	
Tx mínima atuarial (TMA):	Taxa de juros: 5,6% aa		Indexador: INPC
Controle de Riscos:	Risco de Mercado	Comentários:	Os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.
	Risco de Liquidez		
	Risco de Contraparte		
	Risco Legal		
	Risco Operacional		
	Outros		
Realiza o apreçamento de ativos financeiros:	SIM	Dispõe de Manual:	SIM
Possui modelo proprietário de risco:	SIM	Dispõe de Manual:	NÃO
Realiza estudos de ALM:	SIM		
Observação:	A CABEC entende que o plano de equacionamento do déficit implementado no decorrer do exercício de 2016 precede qualquer estudo integrado de ativo e passivo, também conhecido como ALM. Desta forma, a oportunidade e a necessidade de realização do mesmo serão avaliadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo no exercício de 2017, após a finalização da implementação do referido plano de equacionamento do déficit. Por outro lado, o estudo de aderência e adequação realizado para o exercício que se inicia, referendou a manutenção da taxa de juros de 5,6%.		
ALOCÇÃO DE RECURSOS			
PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2017 À 12/2017			
INVESTIMENTOS	P.I. (PISO)	P.I. (TETO)	ALVO
Segmento Renda Fixa	63,50%	100,00%	78,50%
Segmento Renda Variável	0,00%	12,00%	7,00%
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	8,50%	7,00%
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	9,00%	1,50%
Segmento de Imóveis	0,00%	5,00%	4,50%
Segmento Operações com Participantes	0,00%	2,00%	1,50%
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental:		NÃO	
Utiliza Derivativos:		SIM	
Avaliação prévia dos riscos envolvidos:		SIM	
Existência de sistemas de controles internos:		SIM	
O plano possui Perfis de Investimentos:		NÃO	

CENÁRIO MACROECONÔMICO, OBSERVAÇÕES E JUSTIFICATIVAS						
CENÁRIO	CURTO PRAZO - 2017			MÉDIO PRAZO		LONGO PRAZO
	OTIMISTA	BASE	PESSIMISTA	2018	2019	2020
Probabilidade (%)	35,00	50,00	15,00	-	-	-
PIB (%)	0,50	0,00	-0,30	1,60	2,20	3,00
IPCA (%)	5,70	6,08	7,00	5,70	5,00	4,00
INPC (%)	5,60	6,10	7,10	5,70	5,10	3,80
IGP-M (%)	7,00	8,00	9,40	6,30	5,50	4,20
SELIC %a.a. (fim do ano)	11,50	12,00	13,50	10,25	9,75	9,00
SELIC/CDI %a.a. (média anual)	12,90	13,04	13,81	11,15	10,02	9,50
Juros reais (SELIC/IPCA, fim do ano)	6,81	6,56	6,36	5,16	4,78	5,29
IMA-Geral ex-C (%)	22,00	20,50	17,00	12,00	10,00	9,20
IHFA (%)	16,00	14,00	8,00	10 a 12,0	9,5 a 11,5	8,0 a 10,0
DBSP/PIB (%)	72,00	74,10	75,60	76,70	79,40	81,30
US\$ /R\$ (fim do ano)	3,22	3,72	3,83	3,40	3,30	3,15
Saldo B.Comercial (US\$ bi)	64,00	58,70	46,00	48,00	42,00	34,00
Transações Correntes (% PIB)	1,20	1,00	0,70	1,60	2,00	1,40
Ibovespa (%)	20,00	16,00	6,00	11 a 13	12 a 14	9 a 16
IBrX (%)	19,00	15,00	5,00	10 a 12	11 a 13	8 a 15
OBSERVAÇÕES E JUSTIFICATIVAS						
As probabilidades de ocorrência para cada cenário macroeconômico de curto prazo (2017) são: 35% Otimista, 50% Base e 15% Pessimista. O limite máximo para diversificação em pessoas jurídicas e conglomerados é de 8% à 16% para PJ financeiras e de 6% à 10% para PJ não financeiras, de acordo com a escala de rating considerada pela Entidade conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.						
ALOCAÇÃO POR EMISSOR						
EMISSOR		MÍNIMO	MÁXIMO	NÃO APLICA		
Tesouro Nacional		0,00%	100,00%			
Instituição Financeira		0,00%	16,00%			
Tesouro Estadual ou Municipal				X		
Companhia Aberta com Registro na CVM		0,00%	10,00%			
Organismo Multilateral		0,00%	10,00%			
Companhia Securitizadora		0,00%	10,00%			
Patrocinador do Plano de Benefício		0,00%	10,00%			
FIDC/FICFIDC		0,00%	10,00%			
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta		0,00%	10,00%			
Sociedade de Propósito Específico - SPE		0,00%	10,00%			
FI/FIC Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados		0,00%	10,00%			
Observação:	O percentual de participação em Instituição Financeira e Companhia Aberta com Registro na CVM, será de acordo com a escala de rating adotada pela Entidade, conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.					
CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR						
EMISSOR			MÍNIMO	MÁXIMO	NÃO APLICA	
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE			0,00%	15,00%		
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta			0,00%	10,00%		

% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00%	10,00%		
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	0,00%	25,00%		
% do PL de FI classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	25,00%		
% do PL de FI classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	25,00%		
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00%	25,00%		
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Finduciário	0,00%	10,00%		
CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTOS				
EMISSOR	MÍNIMO	MÁXIMO	NÃO APLICA	
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	0,00%	25,00%		
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00%	25,00%		
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00%	25,00%		
RENTABILIDADE(%) - MÉTODO DE COTIZAÇÃO ADAPTADA				
EMISSOR	2015	1º SEM 2016	2017	NÃO APLICA
Plano	12,7600%	9,2500%	12,51%	
Renda Fixa	13,6900%	8,6300%	12,22%	
Renda Variável	-13,3200%	8,6700%	15,00%	
Investimentos Estruturados	15,1100%	3,7300%	14,84%	
Investimentos no Exterior	21,8100%	-31,2400%	15,05%	
Imóveis	15,5000%	28,7300%	8,09%	
Operações com Participantes	21,2800%	10,4500%	21,67%	
Observação:	A Entidade adotará para 2017, o método de cotação adaptada, para a apuração e divulgação da rentabilidade do PBD.			
ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS				
A Entidade adota critérios de avaliação de risco de crédito baseados na classificação de risco (rating) para emissores privados de títulos de dívida. Com base na nota obtida para o rating, são determinados limites de diversificação complementares.				
META DE RENTABILIDADE DOS SEGMENTOS				
SEGMENTOS	INDEXADOR			
	PARTICIPAÇÃO	ÍNDICE / TAXA		
Renda Fixa	101,00%	INPC + 5,6% ao ano*		
Renda Variável	100,00%	IBrX		
Investimentos Estruturados	101,00%	IHFA		
Investimentos no Exterior	104,00%	INPC + 5,6% ao ano*		
Imóveis	100,00%	INPC + 5,6% ao ano*		
Operações com Participantes	115,00%	INPC + 5,6% ao ano*		

*Meta Atuarial

Relatório Resumo - Política de Investimentos - CABEC -Caixa de Previdência Privada BEC						
Aprovada para o exercício de 2017						
Plano de Gestão:		Plano de Gestão Administrativa - PGA				
Nº da ata de aprovação:	422	Data aprovação pelo Conselho Deliberativo:	28/12/2016			
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ:		Francisco Luiz Fernandes				
CPF:		042.833.413-04				
Cargo:		Diretor Financeiro				
Segmento:		Plano de Gestão				
Período:		01/01/2017 a 31/12/2017				
ÍNDICE DE REFERÊNCIA						
PARTIC	PLANO/SEGMENTO	INDEXADOR	INDEXADORES	TAXA DE JUROS A.A.		
100,00%	Plano de Gestão Administrativa	100,00%	CDI/DI-CETIP	-		
Controle de Riscos:	Risco de Mercado	Comentários:	Os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.			
	Risco de Liquidez					
	Risco de Contraparte					
	Risco Legal					
	Risco Operacional					
	Outros					
Realiza o apreçamento de ativos financeiros:		SIM	Dispõe de Manual:	SIM		
Possui modelo proprietário de risco:		SIM	Dispõe de Manual:	NÃO		
Realiza estudos de ALM:		NÃO				
Observação:	A CABEC entende que, para plano como o PGA, não se aplica estudo integrado de ativo e passivo, também conhecido como ALM.					
ALOCAÇÃO DE RECURSOS						
PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2017 À 12/2017						
INVESTIMENTOS			P.I. (PISO)	P.I. (TETO)	ALVO	
Segmento Renda Fixa			90,00%	100,00%	100,00%	
Segmento Renda Variável			0,00%	0,00%	0,00%	
Segmento de Investimentos Estruturados			0,00%	0,00%	0,00%	
Segmento de Investimentos no Exterior			0,00%	0,00%	0,00%	
Segmento de Imóveis			0,00%	0,00%	0,00%	
Segmento Operações com Participantes			0,00%	0,00%	0,00%	
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental:			NÃO			
Utiliza Derivativos:			SIM			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos:			SIM			
Existência de sistemas de controles internos:			SIM			
O plano possui Perfis de Investimentos:			NÃO			
CENÁRIO MACROECONÔMICO, OBSERVAÇÕES E JUSTIFICATIVAS						
CENÁRIO	CURTO PRAZO - 2017			MÉDIO PRAZO		LONGO PRAZO
	OTIMISTA	BASE	PESSIMISTA	2018	2019	2020
Probabilidade (%)	35,00	50,00	15,00	-	-	-
PIB (%)	0,50	0,00	-0,30	1,60	2,20	3,00
IPCA (%)	5,70	6,08	7,00	5,70	5,00	4,00

INPC (%)	5,60	6,10	7,10	5,70	5,10	3,80
IGP-M (%)	7,00	8,00	9,40	6,30	5,50	4,20
SELIC %a.a. (fim do ano)	11,50	12,00	13,50	10,25	9,75	9,00
SELIC/CDI %a.a. (média anual)	12,90	13,04	13,81	11,15	10,02	9,50
Juros reais (SELIC/ IPCA, fim do ano)	6,81	6,56	6,36	5,16	4,78	5,29
IMA-Geral ex-C (%)	22,00	20,50	17,00	12,00	10,00	9,20
IHFA (%)	16,00	14,00	8,00	10 A 12,0	9,5 a 11,5	8,0 a 10,0
DBSP/PIB (%)	72,00	74,10	75,60	76,70	79,40	81,30
US\$ /R\$ (fim do ano)	3,22	3,72	3,83	3,40	3,30	3,15
Saldo B.Comercial (US\$ bi)	64,00	58,70	46,00	48,00	42,00	34,00
Transações Correntes (% PIB)	1,20	1,00	0,70	1,60	2,00	1,40
Ibovespa (%)	20,00	16,00	6,00	11 a 13	12 a 14	9 a 16
IBrX (%)	19,00	15,00	5,00	10 a 12	11 a 13	8 a 15

OBSERVAÇÕES E JUSTIFICATIVAS

As probabilidades de ocorrência para cada cenário macroeconômico de curto prazo (2017) são: 35% Otimista, 50% Base e 15% Pessimista. O limite máximo para diversificação em pessoas jurídicas e conglomerados é de 8% à 16% para PJ financeiras e de 6% à 10% para PJ não financeiras, de acordo com a escala de rating considerada pela Entidade conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.

ALOCAÇÃO POR EMISSOR

EMISSOR	MÍNIMO	MÁXIMO	NÃO APLICA
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%	
Instituição Financeira	0,00%	16,00%	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	10,00%	
Organismo Multilateral	0,00%	10,00%	
Companhia Securitizadora	0,00%	10,00%	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%	
FIDC/FICFIDC	0,00%	10,00%	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00%	10,00%	
FI/FIC Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	
Observação:	O percentual de participação em Instituição Financeira e Companhia Aberta com Registro na CVM, será de acordo com a escala de rating adotada pela Entidade, conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.		

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR

EMISSOR	MÍNIMO	MÁXIMO	NÃO APLICA
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	0,00%	15,00%	
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00%	10,00%	
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	25,00%	
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00%	25,00%	
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00%	10,00%	

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTOS				
EMISSION	MÍNIMO	MÁXIMO	NÃO APLICA	
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	0,00%	25,00%		
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00%	25,00%		
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00%	25,00%		
RENTABILIDADE(%) - MÉTODO DE COTIZAÇÃO ADAPTADA				
EMISSION	2015	1º SEM 2016	2017	NÃO APLICA
Plano	13,76%	6,11%	13,17%	
Renda Fixa	13,76%	6,11%	13,17%	
Renda Variável	-----	-----	-----	X
Investimentos Estruturados	-----	-----	-----	X
Investimentos no Exterior	-----	-----	-----	X
Imóveis	-----	-----	-----	X
Operações com Participantes	-----	-----	-----	X
Observação:	A Entidade adotará para 2017, o método de cotização adaptada, para a apuração e divulgação da rentabilidade do PGA.			
ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS				
A Entidade adota critérios de avaliação de risco de crédito baseados na classificação de risco (rating) para emissores privados de títulos de dívida. Com base na nota obtida para o rating, são determinados limites de diversificação complementares.				
META DE RENTABILIDADE DOS SEGMENTOS				
SEGMENTOS	INDEXADOR			
	PARTICIPAÇÃO	ÍNDICE / TAXA		
Renda Fixa	100,00%	CDI		
Renda Variável	não haverá alocação, e assim, não haverá meta			
Investimentos Estruturados	não haverá alocação, e assim, não haverá meta			
Investimentos no Exterior	não haverá alocação, e assim, não haverá meta			
Imóveis	não haverá alocação, e assim, não haverá meta			
Operações com Participantes	não haverá alocação, e assim, não haverá meta			

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO – PBD

Resumo do Demonstrativo de Investimentos - DI, conforme disposto na Resolução CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, e na Resolução MPS/CNPC nº 2, de 03 de março de 2011.

RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	VALORES EM R\$ (TOTAL)	% RECURSOS GARANTIDORES	VALORES EM R\$ (GESTÃO TER-CEIRIZADA)	% RECURSOS GARANTIDORES	GESTOR	VALORES EM R\$ (GESTÃO PRÓ-PRÍIA)	% RECURSOS GARANTIDORES
DISPONÍVEL	4.251,38	-	-	-	-	4.251,38	-
INVESTIMENTOS	358.911.945,49	100,02%	326.285.856,62	90,93%	-	32.626.088,87	9,09%
TÍTULOS PÚBLICOS	21.886.766,18	6,10%	21.886.766,18	6,10%	-	-	-
NOTAS DO TESOURO NACIONAL NTN-B	21.886.766,18	6,10%	21.886.766,18	6,10%	BRADESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
COMPANHIAS ABERTAS - DEBÊNTURE	449.717,32	0,12%	-	-	-	449.717,32	0,12%
DEBÊNTURE DA CIA VALE DO RIO DOCE	1.281,69	-	-	-	-	1.281,69	-
DEBÊNTURE DA ELEKTRO	448.435,63	0,12%	-	-	-	448.435,63	0,12%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	317.631.365,69	88,52%	304.399.090,44	84,83%	-	13.232.275,25	3,69%
FUNDOS DE RENDA FIXA	202.909.739,19	56,55%	202.909.739,19	56,55%	-	-	-
SUL AMÉRICA OCEANO FI RENDA FIXA - BD	172.303.912,39	48,02%	172.303.912,39	48,02%	SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DTVM	-	-
ICATU VANGUARDA OUTONO	30.605.826,80	8,53%	30.605.826,80	8,53%	ICATU VANGUARDA GESTÃO DE RECURSOS LTDA	-	-
FUNDO DE AÇÕES	5.994.328,22	1,67%	-	-	-	5.994.328,22	1,67%
FATOR SINERGIA	3.645.837,99	1,02%	-	-	-	3.645.837,99	1,02%
SUL AMÉRICA EXPERTISE II	2.350.001,65	0,65%	-	-	-	2.350.001,65	0,65%
VALORES A PAGAR / RECEBER	(1.511,42)	-	-	-	-	(1.511,42)	-
FUNDOS MULTIMERCADOS	101.489.351,25	28,28%	101.489.351,25	28,28%	-	-	-
SOWETO FIC FI	101.489.351,25	28,28%	101.489.351,25	28,28%	-	-	-
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL	3.838.864,61	1,07%	3.838.864,61	1,07%	-	-	-
FIA INST IBX ATIVO	1.918.777,17	0,53%	1.918.777,17	0,53%	BRADESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
FIA DIVIDENDOS	1.920.087,44	0,54%	1.920.087,44	0,54%	BRADESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
FUNDOS APLIC. QUOTAS FUNDOS INVEST. FINANCEIROS - GERAL	97.677.882,37	27,22%	97.677.882,37	27,22%	-	-	-
BRADESCO FIM PLUS	97.677.882,37	27,22%	97.677.882,37	27,22%	BRADESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
VALORES A PAGAR/ RECEBER	(27.895,73)	-0,01%	(27.895,73)	-0,01%	BRADESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
TESOURARIA	500,00	-	500,00	-	MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA	-	-
FUNDOS DE INVESTIMENTOS DE DIREITOS CREDITÓRIOS	7.237.947,03	2,02%	-	-	-	7.237.947,03	2,02%

RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	VALORES EM R\$ (TOTAL)	% RECURSOS GARANTIDORES	VALORES EM R\$ (GESTÃO TERCEIRIZADA)	% RECURSOS GARANTIDORES	GESTOR	VALORES EM R\$ (GESTÃO PRÓPRIA)	% RECURSOS GARANTIDORES
MULTISETORIAL ITALIA	352.764,89	0,10%	-	-	-	352.764,89	0,10%
FIDC SUL INVEST SN5	1.179.311,30	0,33%	-	-	-	1.179.311,30	0,33%
VALE SN4	3.037.004,05	0,85%	-	-	-	3.037.004,05	0,85%
SUL INVEST SN7	2.484.361,59	0,69%	-	-	-	2.484.361,59	0,69%
VALORES A PAGAR / RECEBER	(1.778,02)	-	-	-	-	(1.778,02)	-
BLOQUEIO JUDICIAL	186.283,22	0,05%	-	-	-	186.283,22	0,05%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	14.623.092,13	4,08%	-	-	-	14.623.092,13	4,08%
USO PRÓPRIO	998.351,04	0,29%	-	-	-	998.351,04	0,29%
LOCADOS A PATROCINADOR	5.648.174,34	1,57%	-	-	-	5.648.174,34	1,57%
LOCADOS A TERCEIROS	1.096.052,32	0,31%	-	-	-	1.096.052,32	0,31%
RENDAS E PARTICIPAÇÕES - SHOPPING CENTER	6.684.350,16	1,86%	-	-	-	6.684.350,16	1,86%
DIREITOS E ALIENAÇÕES DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	196.164,27	0,05%	-	-	-	196.164,27	0,05%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	4.276.710,45	1,19%	-	-	-	4.276.710,45	1,19%
DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	44.293,72	0,01%	-	-	-	44.293,72	0,01%
EXIGÍVEL OPERACIONAL - INVESTIMENTOS	(80.797,44)	-0,02%	-	-	-	(80.797,44)	-0,02%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	358.835.399,43	100,00%	326.285.856,62	90,93%	-	32.549.542,81	9,07%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Resumo do Demonstrativo de Investimentos - DI, conforme disposto na Resolução CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, e na Resolução MPS/CNPC nº 2, de 03 de março de 2011.

RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	VALORES EM R\$ (TOTAL)	% RECURSOS GARANTIDO-RES	VALORES EM R\$ (GESTÃO TERCEIRIZADA)	% RECURSOS GARANTIDO-RES	GESTOR	VALORES EM R\$ (GESTÃO PRÓPRIA)	% RECURSOS GARANTIDORES
DISPONÍVEL	2.767,10	1,85%	-	0,00%	-	2.767,10	1,85%
INVESTIMENTOS	146.920,89	98,15%	146.920,89	98,15%	-	-	-
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	146.920,89	98,15%	146.920,89	98,15%	-	-	-
FUNDOS EXCLUSIVOS DE RENDA FIXA	146.920,89	98,15%	146.920,89	98,15%	-	-	-
SUL AMÉRICA PREMIUM	146.920,89	98,15%	146.920,89	98,15%	SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DTVM	-	-
CONTINGENCIAL	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS REALIZÁVEIS	-	-	-	-	-	-	-
EXIGÍVEL OPERACIONAL - INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	-	-
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	149.687,99	100,00%	149.687,99	98,15%	-	2.767,10	1,85%

RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA

Atendimento à Resolução MPS/CNPC n° 15, de 19 de Novembro de 2014.

SEGMENTO	ANO DE 2016					
	ALOCAÇÃO	% DE PART.	DESPESAS COM FUNDOS/ CUSTÓDIA (*)	OUTROS CUSTOS	RENTABILIDADE LÍQUIDA	RENTABILIDADE BRUTA (ESTIMADA)
Renda Fixa	330.134.656,36	91,99%	834.336,12	-	14,71%	14,96%
Renda Variável	9.833.192,83	2,74%	24.851,04	-	18,65%	18,90%
Imóveis	14.623.092,13	4,07%	-	-	32,89%	32,89%
Empréstimos	4.276.710,45	1,19%	-	-	16,07%	16,07%
Consolidado	358.867.651,77	100,00%	859.187,16	-	15,46%	15,70%

(*) As despesas extraídas das carteiras de investimentos, foram rateadas de acordo com a participação de cada segmento. Para o Cálculo da Rentabilidade Bruta (estimada), calculada pela área financeira, tirou-se o efeito dos seguintes eventos que compõem as Contas a Pagar/Receber dos Fundos de Renda Fixa e de Renda Variável: ajuste de futuros; ajuste de cotas; resgates com cotas de liquidação D+n; e bloqueios judiciais.

Rentabilidade Líquida (Fonte Relatório Custódia)					
DATA	CARTEIRA PRÓPRIA	ICATU VANGUARDA OUTONO	BRADESCO SOWETO	CABEC ALM	SUL AMÉRICA OCEANO
jan/16	0,54%	0,97%	0,56%	1,49%	1,22%
fev/16	2,21%	0,64%	1,35%	1,64%	1,87%
mar/16	2,24%	0,28%	1,43%	1,21%	2,50%
abr/16	2,27%	2,07%	1,44%	0,93%	1,32%
mai/16	0,89%	0,27%	0,73%	1,24%	1,08%
jun/16	1,00%	1,51%	1,19%	1,14%	1,30%
jul/16	4,32%	1,58%	1,46%	0,89%	0,88%
ago/16	0,32%	1,24%	1,15%	1,10%	1,08%
set/16	0,09%	1,33%	1,14%	0,82%	0,88%
out/16	-2,19%	2,21%	1,46%	0,61%	0,62%
nov/16	-2,57%	0,19%	0,65%	0,75%	0,69%
dez/16	-0,75%	1,05%	1,09%	0,72%	0,79%
TOTAL	8,50%	14,16%	14,50%	13,27%	15,16%

Rentabilidade Bruta Estimada (Por Veículo de Investimento)					
DATA	CARTEIRA PRÓPRIA	ICATU VANGUARDA OUTONO	BRADESCO SOWETO	CABEC ALM	SUL AMÉRICA OCEANO
jan/16	0,55%	1,01%	0,58%	1,50%	1,23%
fev/16	2,22%	0,68%	1,37%	1,65%	1,87%
mar/16	2,26%	0,34%	1,45%	1,23%	2,52%
abr/16	2,29%	2,12%	1,46%	0,95%	1,33%
mai/16	0,91%	0,33%	0,75%	1,26%	1,10%
jun/16	1,02%	1,57%	1,22%	1,16%	1,32%
jul/16	4,34%	1,64%	1,48%	0,91%	0,89%
ago/16	0,34%	1,29%	1,18%	1,12%	1,10%
set/16	0,11%	1,38%	1,17%	0,84%	0,90%
out/16	-2,17%	2,26%	1,48%	0,63%	0,63%
nov/16	-2,55%	0,24%	0,67%	0,77%	0,72%
dez/16	-0,73%	1,09%	1,12%	0,74%	0,81%
TOTAL	8,72%	14,84%	14,84%	13,49%	15,38%

SEGREGAÇÃO DAS DESPESAS DO PLANO BD

Em R\$ mil

DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	2016	% TOTAL	2015	% TOTAL	VAR. %
Administrativas	2.125	100,00%	1.975	100,00%	7,59%
Administração Previdencial	1.178	55,43%	1.092	55,29%	7,88%
Pessoal e Encargos	538	25,31%	469	23,75%	14,71%
Dirigentes	146	6,87%	133	6,73%	9,77%
Pessoal Próprio	386	18,16%	328	16,61%	17,68%
Estagiários	6	0,28%	8	0,41%	(25,00%)
Treinamentos/Congressos e Seminários	17	0,80%	17	0,86%	0,00%
Empregados	3	0,14%	2	0,10%	50,00%
Diretores	8	0,38%	8	0,41%	0,00%
Conselheiros	6	0,28%	7	0,35%	(14,29%)

Em R\$ mil

DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	2016	% TOTAL	2015	% TOTAL	VAR. %
Viagens e Estadias	9	0,42%	11	0,56%	(18,18%)
Serviços de Terceiros	486	22,87%	468	23,69%	3,85%
Pessoas Físicas	-	0,00%	38	1,92%	(100,00%)
Consultoria	16	0,75%	15	0,76%	6,67%
Auditoria Externa	20	0,94%	19	0,96%	5,26%
Auditoria Atuarial de Benefícios	-	0,00%	60	3,04%	(100,00%)
Atuário	107	5,04%	53	2,68%	101,89%
Consultoria Contábil	35	1,65%	-	0,00%	100,00%
Serviços de Informática	149	7,01%	135	6,84%	10,37%
Assessoria Jurídica	123	5,79%	112	5,67%	9,82%
Serviços Técnicos	7	0,33%	6	0,30%	16,67%
Seguro de Responsabilidade Civil	13	0,61%	13	0,66%	0,00%
Outras Pessoas Jurídicas	16	0,75%	17	0,86%	(5,88%)
Despesas Gerais	100	4,71%	97	4,91%	3,09%
Energia, Água e Telefone	22	1,04%	20	1,01%	10,00%
Impostos, Taxas e Emolumentos	2	0,09%	1	0,05%	100,00%
Alugueis	35	1,65%	36	1,82%	(2,78%)
Correios	5	0,24%	7	0,35%	(28,57%)
Contribuição p/Associadas	9	0,42%	9	0,46%	0,00%
Outras despesas	27	1,27%	24	1,22%	12,50%
Depreciações e Amortizações	9	0,42%	11	0,56%	(18,18%)
Tributos	19	0,90%	19	0,96%	0,00%
Contribuição p/Associadas	18	0,85%	18	0,91%	0,00%
Contribuição p/Associadas	1	0,05%	1	0,05%	0,00%
Administração dos Investimentos	947	44,57%	883	44,71%	7,25%
Pessoal e Encargos	417	19,62%	364	18,43%	14,56%
Dirigentes	107	5,04%	98	4,98%	9,18%
Pessoal Próprio	297	13,98%	251	12,73%	18,33%
Estagiários	14	0,66%	15	0,77%	(6,67%)
Treinamentos/Congressos e Seminários	17	0,80%	17	0,86%	0,00%
Empregados	4	0,19%	3	0,12%	33,33%
Diretores	8	0,38%	8	0,35%	0,00%
Conselheiros	6	0,28%	6	0,26%	0,00%
Viagens e Estadias	9	0,42%	11	0,56%	(18,18%)
Serviços de Terceiros	337	15,87%	324	16,41%	4,01%
Pessoas Físicas	-	0,00%	38	1,93%	(100,00%)
Consultoria	15	0,71%	13	0,66%	15,38%
Auditoria Externa	20	0,94%	19	0,96%	5,26%
Consultoria Contábil	35	1,65%	-	0,00%	100,00%
Serviços de Informática	94	4,43%	85	4,31%	10,59%
Assessoria Jurídica	7	0,33%	6	0,30%	16,67%

Em R\$ mil

DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	2016	% TOTAL	2015	% TOTAL	VAR. %
Serviços de Análise de Investimentos	130	6,12%	127	6,43%	2,36%
Serviços Técnicos	7	0,33%	6	0,30%	16,67%
Seguro de Responsabilidade Civil	13	0,61%	13	0,66%	0,00%
Outras Pessoas Jurídicas	16	0,75%	17	0,86%	(5,88%)
Despesas Gerais	100	4,70%	97	4,91%	3,09%
Energia, Água e Telefone	22	1,04%	20	1,01%	10,00%
Impostos, Taxas e Emolumentos	2	0,09%	1	0,05%	100,00%
Alugueis	36	1,69%	36	1,82%	0,00%
Correios	5	0,24%	7	0,35%	(28,57%)
Contribuição p/Associadas	9	0,42%	9	0,46%	0,00%
Outras Despesas	26	1,22%	24	1,22%	8,33%
Tributos	67	3,16%	70	3,54%	(4,29%)
Pis sobre receita	7	0,33%	7	0,35%	0,00%
Cofins sobre receita	41	1,93%	44	2,23%	(6,82%)
TAFIC - Taxa Fiscalização Controle Prev. Comp.	18	0,85%	18	0,91%	0,00%
IPTU	1	0,05%	1	0,05%	0,00%
Gestão dos Investimentos	78	100,00%	27	100,00%	188,89%
Impostos, Custódia, Taxas e Emolumentos	78	100,00%	27	100,00%	188,89%

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em R\$ mil

ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
DISPONÍVEL	7	5	EXIGÍVEL OPERACIONAL	609	824
			GESTÃO PREVIDENCIAL	379	583
REALIZÁVEL	393.522	335.748	GESTÃO ADMINISTRATIVA	149	159
GESTÃO PREVIDENCIAL	34.373	12.723	INVESTIMENTOS	81	82
GESTÃO ADMINISTRATIVA	90	89			
INVESTIMENTOS	359.059	322.936	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	13.391	14.623
TÍTULOS PÚBLICOS	21.887	20.452	GESTÃO PREVIDENCIAL	13.391	14.621
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	450	649	GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	2
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	317.778	284.207			
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	14.623	12.162			
EMPRÉSTIMOS	4.277	5.285	PATRIMÔNIO SOCIAL	379.558	320.339
DEPÓSITOS JUDICIAIS/ RECURSAIS	44	181	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	377.996	317.896
			PROVISÕES MATEMÁTICAS	425.365	408.433
			BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	424.693	374.472
PERMANENTE	29	33	BENEFÍCIOS A CONCEDER	24.454	33.961
IMOBILIZADO	29	33	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(23.782)	0
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	(47.369)	(90.537)
			RESULTADOS REALIZADOS	(47.369)	(90.537)
			(-) Déficit TÉCNICO ACUMULADO	(47.369)	(90.537)
			FUNDOS	1.562	2.443
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	120	1.209
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	1.442	1.234
TOTAL DO ATIVO	393.558	335.786	TOTAL DO PASSIVO	393.558	335.786

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2017.

Sandra Maria Nery Araújo
Diretora Superintendente
CPF: 140.095.603-04

Francisco Luiz Fernandes
Diretor Financeiro
CPF: 042.833.413-04

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto
Diretora Adm. e de Seguridade
CPF: 167.574.753-91

Isaac Lopes de Menezes Almeida
Contador - CRC-CE 6.298
CPF: 032.759.223-00

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO		2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio Social - Início do Exercício		320.339	311.601	2,80
1. Adições		100.695	46.430	116,87
(+)	Contribuições Previdenciais	51.773	8.320	522,27
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	47.678	36.814	29,51
(+)	Receitas Administrativas	946	883	7,13
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	83	213	(61,03)
(+)	Reversão Líquida de Contingências – Gestão Administrativa	7	0	100,00
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	208	200	4,00
2. Destinações		(41.476)	(37.692)	10,04
(-)	Benefícios	(39.304)	(34.932)	12,52
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(47)	(785)	(94,01)
(-)	Despesas Administrativas	(2.125)	(1.975)	7,59
3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)		59.219	8.738	577,72
(+/-)	Provisões Matemáticas	16.932	41.070	(58,77)
(+/-)	Superávit/Déficit Técnico do Exercício	43.168	(31.653)	(236,38)
(+/-)	Fundos Administrativos	(1.089)	(879)	23,89
(+/-)	Fundos dos Investimentos	208	200	4,00
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)		379.558	320.339	18,49

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2017.

Sandra Maria Nery Araújo
Diretora Superintendente
CPF: 140.095.603-04

Francisco Luiz Fernandes
Diretor Financeiro
CPF: 042.833.413-04

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto
Diretora Adm. e de Seguridade
CPF: 167.574.753-91

Isaac Lopes de Menezes Almeida
Contador - CRC-CE 6.298
CPF: 032.759.223-00

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL (PLANO BD)

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO		2016	2015	VARIAÇÃO (%)
	A) Ativo Líquido - Início do Exercício	317.896	308.479	3,05
	1. Adições	99.451	45.134	120,35
(+)	Contribuições	51.773	8.320	522,27
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	47.678	36.814	29,51
	2. Destinações	(39.351)	(35.717)	10,17
(-)	Benefícios	(39.304)	(34.932)	12,52
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(47)	(785)	(94,01)
	3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)	60.100	9.417	538,21
(+/-)	Provisões Matemáticas	16.932	41.070	(58,77)
(+/-)	Superávit/Déficit Técnico do Exercício	43.168	(31.653)	(236,38)
	B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	377.996	317.896	18,91
	C) Fundos não previdenciais	881	679	29,75
(+/-)	Fundos Administrativos	1.089	879	23,89
(+/-)	Fundos dos Investimentos	(208)	(200)	4,00

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2017.

Sandra Maria Nery Araújo
Diretora Superintendente
CPF: 140.095.603-04

Francisco Luiz Fernandes
Diretor Financeiro
CPF: 042.833.413-04

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto
Diretora Adm. e de Seguridade
CPF: 167.574.753-91

Isaac Lopes de Menezes Almeida
Contador - CRC-CE 6.298
CPF: 032.759.223-00

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL (PLANO BD)

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	393.409	335.625	17,22
Disponível	4	4	0,00
Recebível	34.493	13.933	147,56
Investimentos	358.912	321.688	11,57
Títulos Públicos	21.887	20.452	7,02
Créditos Privados e Depósitos	450	649	(30,66)
Fundos de Investimento	317.631	282.959	12,25
Investimentos Imobiliários	14.623	12.162	20,24
Empréstimos e Financiamentos	4.277	5.285	(19,07)
Depósitos Judiciais / Recursais	44	181	(75,69)
2. Obrigações	13.851	15.286	(9,39)
Operacional	460	665	(30,83)
Contingencial	13.391	14.621	(8,41)
3. Fundos não Previdenciais	1.562	2.443	(36,06)
Fundo Administrativo	120	1.209	(90,07)
Fundo dos Investimentos	1.442	1.234	16,86
5. Ativo Líquido (1-2-3)	377.996	317.896	18,91
Provisões Matemáticas	425.365	408.433	4,15
Déficit Técnico	(47.369)	(90.537)	(47,68)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico ajustado	(39.555)	(85.075)	(53,51)
a) Equilíbrio Técnico	(47.369)	(90.537)	(47,68)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	7.814	5.462	43,06
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(39.555)	(85.075)	(53,51)

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2017.

Sandra Maria Nery Araújo
Diretora Superintendente
CPF: 140.095.603-04

Francisco Luiz Fernandes
Diretor Financeiro
CPF: 042.833.413-04

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto
Diretora Adm. e de Seguridade
CPF: 167.574.753-91

Isaac Lopes de Menezes Almeida
Contador - CRC-CE 6.298
CPF: 032.759.223-00

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA (CONSOLIDADA)

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.209	2.088	(42,10)
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.030	1.096	(6,02)
1.1. Receitas	1.030	1.096	(6,02)
Custeio Administrativo dos Investimentos	946	881	7,38
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1	2	(50,00)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	83	213	(61,03)
2. Despesas Administrativas	2.125	1.975	7,59
2.1. Administração Previdencial	1.179	1.092	7,97
Pessoal e encargos	538	470	14,47
Treinamentos/congressos e seminários	17	17	0,00
Viagens e estadias	9	11	(18,18)
Serviços de terceiros	486	467	4,07
Despesas gerais	100	97	3,09
Depreciações e amortizações	10	11	(9,09)
Tributos	19	19	0,00
2.2. Administração dos Investimentos	946	883	7,13
Pessoal e encargos	417	364	14,56
Treinamentos/congressos e seminários	17	17	0,00
Viagens e estadias	9	11	(18,18)
Serviços de terceiros	336	324	3,70
Despesas gerais	100	97	3,09
Tributos	67	70	(4,29)
3. Reversão de Contingências Administrativas	(6)	0	100,00
6. Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(1.089)	(879)	23,89
7. Reversão do Fundo Administrativo (6)	(1.089)	(879)	23,89
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	120	1.209	(90,07)

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2017.

Sandra Maria Nery Araújo
Diretora Superintendente
CPF: 140.095.603-04

Francisco Luiz Fernandes
Diretor Financeiro
CPF: 042.833.413-04

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto
Diretora Adm. e de Seguridade
CPF: 167.574.753-91

Isaac Lopes de Menezes Almeida
Contador - CRC-CE 6.298
CPF: 032.759.223-00

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPT (PLANO BD)

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	393.289	334.416	17,60
1. Provisões Matemáticas	425.365	408.433	4,15
1.1. Benefícios Concedidos	424.693	374.472	13,41
Benefício Definido	424.693	374.472	13,41
1.2. Benefício a Conceder	24.454	33.961	(27,99)
Benefício Definido	24.454	33.961	(27,99)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(23.782)	0	100,00
2. Equilíbrio Técnico	(47.369)	(90.537)	(47,68)
2.1. Resultados Realizados	(47.369)	(90.537)	(47,68)
(-) Déficit técnico acumulado	(47.369)	(90.537)	(47,68)
3. Fundos	1.442	1.234	16,86
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.442	1.234	16,86
4. Exigível Operacional	460	665	(30,83)
4.1. Gestão Previdencial	379	583	(34,99)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	81	82	(1,22)
5. Exigível Contingencial	13.391	14.621	(8,41)
5.1. Gestão Previdencial	13.391	14.621	(8,41)

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2017.

Sandra Maria Nery Araújo
Diretora Superintendente
CPF: 140.095.603-04

Francisco Luiz Fernandes
Diretor Financeiro
CPF: 042.833.413-04

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto
Diretora Adm. e de Seguridade
CPF: 167.574.753-91

Isaac Lopes de Menezes Almeida
Contador - CRC-CE 6.298
CPF: 032.759.223-00

RELATÓRIO ANUAL

2016

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de Dezembro de 2016 e 2015

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC, é entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, constituída em dezembro de 1971 pela Portaria nº 1.678, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

A Entidade obedece às normas expedidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, por meio da Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC, do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e às resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional – CMN, divulgadas pelo Banco Central do Brasil, estando disciplinada pela Lei Complementar nº 109/2001.

A CABEC é uma entidade multipatrocinada que administra um único plano de benefícios, denominado Plano de Benefícios Definido – Plano BD, inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB, da então Secretaria de Previdência Complementar – SPC, sob o nº 1979.0019-11. Referida Entidade foi criada pelo seu então patrocinador Banco do Estado do Ceará S.A. – BEC, em 1971. Atualmente o Plano BD em questão é patrocinado pelo Banco Bradesco S.A. e pela própria CABEC.

O objetivo da CABEC, na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, é executar plano privado de benefícios suplementares, complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, que abrangem:

- » Complementação de aposentadoria por invalidez;
- » Complementação de aposentadoria por idade;
- » Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- » Complementação de auxílio-doença;
- » Complementação de pensão;
- » Complementação de Abono anual;
- » Complementação de auxílio reclusão; e
- » Pecúlio por morte;

As regras básicas de concessão e cálculo dos benefícios estão previstas no Regulamento do Plano BD, administrado pela Entidade, distribuído a cada participante e publicado no endereço eletrônico www.cabec.com.br.

Os recursos garantidores do Plano BD são originados das contribuições dos patrocinadores e dos participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, bem como dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que obedecem às disposições da Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN), alterada pelas Resoluções nºs 3.846/2010, 4.275/2013, 4.449/2015 e 4.469/2016, e à Política de Investimentos.

A CABEC não distribui lucro ou participações pelos resultados obtidos em seus investimentos. A escrituração contábil está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar a sua exatidão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, levando em consideração as Normas Brasileiras de Contabilidade e as Normas Contábeis estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS, por meio da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC nº 29/2009, da Instrução MPS/SPC nº 34/2009, alterada pelas Instruções PREVIC nºs 01/2011, 05/2011, 06/2013, 15/2014, 21/2015 e 25/2015, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 08/2011, alterada pelas Resoluções CNPC nºs 12/2013, 16/2014 e 20/2015 e da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272/2010, que aprova a Interpretação Técnica Geral - ITG 2001, com as alterações da Resolução CFC nº 1.329/2011.

A estrutura da planificação contábil padrão reflete o ciclo operacional de longo prazo da atividade de previdência complementar, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 26 (R4), aprovada pela Resolução nº 2016/NBC TG 26 (R4) do Conselho Federal de Contabilidade.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três Gestões distintas: Previdencial, Assistencial e Administrativa - no caso da CABEC Gestões Previdencial e Administrativa - e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. REGISTRO DAS ADIÇÕES, DEDUÇÕES, RECEITAS, DESPESAS, RENDAS/VARIAÇÕES POSITIVAS E DEDUÇÕES/VARIAÇÕES NEGATIVAS

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimentos são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

3.2. ATIVO REALIZÁVEL

3.2.1. Gestão Previdencial

Está representada principalmente pelo Contrato de Assunção de Dívida celebrado entre o Bradesco e a CABEC, por Depósitos Judiciais/Recurrais e adiantamentos de valores sub judice relacionados a assistidos.

3.2.2. Gestão Administrativa

Registra: (¹) Cobertura das Despesas Administrativas de Investimento; (²) Despesas Antecipadas; e (³) Participação no Plano de Gestão Administrativa.

3.2.3. Investimentos

3.2.3.1. Renda Fixa

São classificados como renda fixa: os títulos da dívida pública mobiliária federal; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão de companhias abertas, incluídas as Notas de Crédito à Exportação (NCE) e Cédulas de Crédito à Exportação (CCE); as obrigações de organismos multilaterais emitidos no País; os certificados de recebíveis de emissão de companhias securitizadoras e as cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios e as cotas de fundos de investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

De acordo com as disposições da Resolução do CGPC nº 4, de 30/01/2002 e suas alterações, a classificação e os critérios de avaliação dos títulos dividem-se em:

- Títulos para negociação - Registram-se os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado em contrapartida

ao resultado do período; e

- Títulos mantidos até o vencimento - Registram-se os títulos e valores mobiliários, de baixo risco de crédito, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da CABEC de mantê-los em carteira até o vencimento, estando avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos, em contrapartida ao resultado do período.

A Resolução CGPC nº 4, acima referida, determina ainda, no seu artigo 8º, a obrigatoriedade da divulgação, nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, das informações abaixo elencadas, detalhando os seguintes aspectos relativos a cada categoria de classificação:

- Montante, natureza e faixa de vencimento;
- Valores de custo e de mercado, segregados por tipo de título, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores; e
- Montante dos títulos reclassificados, o reflexo no resultado e os motivos que levaram à reclassificação, se for o caso.

3.2.3.2. Renda Variável

Os fundos de ações são contabilizados pela variação das quotas. As ações integrantes desses fundos são avaliadas diariamente pelo valor de mercado com base na cotação de fechamento do último pregão da Bolsa de Valores de São Paulo, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 465 de 20/02/2008, com as alterações dadas pela Instrução CVM nº 555 de 17/12/2014, e ratificado pela Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31/10/2011.

3.2.3.3. Multimercado

São Classificados como Estruturado os fundos que possuem políticas de investimentos que envolvem vários fatores de risco, pois combinam investimentos nos mercados de renda fixa, câmbio, ações, entre outros. Além disso, utilizam-se de instrumentos de derivativos para proteção de suas posições. O fundo é contabilizado pela variação das quotas.

3.2.3.4. Investimentos Imobiliários

Estão registrados pelo valor do custo atualizado pela correção monetária até 31/12/1995 e acrescido das reavaliações efetuadas, sendo a última em maio/2016, exceto a participação da CABEC no empreendimento Shopping Center Penha cuja última reavaliação foi realizada em junho/2016.

A depreciação dos imóveis é calculada de forma linear e registrada como despesa de investimentos.

A receita com aluguel é reconhecida pelo regime de competência e registrada como receita de investimentos.

3.2.3.5. Operações com Participantes

Estão registradas pelo valor atualizado dos empréstimos concedidos a participantes e assistidos do Plano BD.

3.2.3.6. Depósitos Judiciais/Recursais

Registra-se o saldo remanescente de restituição de Imposto de Renda, depositado judicialmente, em razão de processo da CABEC contra a Receita Federal, que busca o reconhecimento da imunidade da Entidade relacionada ao I.R. cobrado sobre operações financeiras.

3.3. PERMANENTE (IMOBILIZADO)

Os bens que constituem o imobilizado são depreciados pelo método linear em função do tempo de vida útil e de acordo com a legislação vigente, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA ANUAL
Móveis e Utensílios; Máquinas e Equip. de Uso	10%
Computadores e Periféricos	20%
Refrigeradores de Ar	25%

3.4. EXIGÍVEL OPERACIONAL

É representado pelas obrigações administrativas, previdenciais e de investimentos.

3.5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registra as provisões constituídas em decorrência de ações judiciais, notadamente àquelas em que o assistido reivindica o enquadramento do seu benefício complementar, com base no denominado Estatuto Primitivo, amparado em pareceres jurídicos que classificam as contingências com chance de perda provável e cálculo efetuado pela própria CABEC do quantum a ser despendido em cada processo, em caso de condenação definitiva.

3.6. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

É representado pelas provisões matemáticas do Plano BD, que são compostas pelos benefícios concedidos e benefícios a conceder as quais correspondem o compromisso atual do Plano para com os seus participantes e assistidos, devidamente constituídas em bases técnico-atuariais, sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, deduzidas das provisões matemáticas a constituir e acrescidas do equilíbrio técnico que, no presente exercício, se configurou em déficit acumulado.

3.7. FUNDOS

3.7.1. Plano de Gestão Administrativa – Registra os valores relativos ao Fundo Administrativo – PGA.

3.7.2. Fundo dos Investimentos – Registra os valores relativos à Reserva de Quitação por Morte para fazer face à cobertura do saldo devedor dos empréstimos em decorrência do falecimento do mutuário.

3.8. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Encontra-se disciplinado no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que estabelece as regras, normas e critérios para a gestão do custo e do custeio da manutenção da máquina administrativa do gerenciamento previdencial, e do custo e do custeio dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas – RGRT, inclusive a manutenção da máquina administrativa para gerenciar os investimentos.

De acordo com o Regulamento em questão, as fontes de Custeio Administrativo destinadas à manutenção das despesas administrativas da Entidade estão assim previstas:

- » Contribuição dos participantes e assistidos;
- » Contribuição dos patrocinadores;
- » Resultados dos investimentos;
- » Receitas administrativas;
- » Fundo administrativo; e
- » Reembolso dos patrocinadores.

Ao longo do exercício de 2016, por decisão do Conselho Deliberativo, a CABEC utilizou, das fontes acima descritas, apenas recursos do fundo administrativo para suprir a manutenção da máquina administrativa da gestão previdencial.

Tal decisão baseou-se em avaliação efetuada pelo Atuário do Plano BD, que constatou o consistente aumento verificado no saldo do referido fundo nos exercícios de 2008 e 2009, fato que o levou a concluir, em 2010, considerando o histórico das despesas administrativas da gestão previdencial, que se poderia diferir esse saldo em pelo menos 84 meses. Com base nos números apresentados para o orçamento relativo ao exercício de 2016, esse diferimento encerrou-se em dezembro/2016, conforme inicialmente previsto, em razão de o saldo ter sido praticamente exaurido.

Com essa decisão, 100% (cem por cento) das contribuições dos participantes, dos assistidos e dos patrocinadores foram utilizadas em benefício do próprio Plano BD. Cabe destacar que, de acordo com o Regulamento do PGA, o custeio da manutenção da máquina administrativa da gestão previdencial, e das despesas administrativas dos investimentos observa o limite de 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) do montante equivalente aos recursos garantidores do Plano de Benefícios no último dia do exercício a que se referir.

3.9. GESTÃO PREVIDENCIAL

Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, bem como do resultado do Plano de Benefícios Definido - Plano BD de natureza previdencial.

3.10. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Atividade que registra e controla a administração do Plano de Benefícios Definidos - Plano BD.

As despesas administrativas são registradas diretamente nas rubricas da Gestão Previdencial e de Investimentos.

O rateio das despesas administrativas entre a Gestão Previdencial e Investimentos leva em consideração a alocação de pessoal e encargos, treinamentos/congressos e seminários, viagens e estadias, serviços de terceiros, depreciações e amortizações e despesas gerais nas respectivas atividades.

As despesas administrativas da Gestão Previdencial são custeadas pelo fundo administrativo. As despesas administrativas dos Investimentos são cobradas do Fluxo dos Investimentos.

3.11. FLUXO DOS INVESTIMENTOS

Registra e controla as aplicações dos recursos do Plano de Benefícios Definido - Plano BD.

4. ABERTURA DOS PRINCIPAIS TÍTULOS CONTÁBEIS

4.1. DISPONÍVEL

O valor de R\$ 7 mil (R\$ 5 mil em 2015) representa o saldo em conta corrente bancária.

4.2. REALIZÁVEL

4.2.1. Gestão Previdencial

Em R\$ mil

GESTÃO PREVIDENCIAL	2016	2015
Recursos a Receber	22.913	189
Déficit Técnico Contratado	22.876	0
Contribuições a Receber	37	189
Adiantamentos	1.431	1.214
Aposentadoria/Pensão Incorporação Processo Judicial	1.431	1.214
Depósitos Judiciais/Recursais	9.955	11.246
Outros Realizáveis	74	74
- Valores a Receber	74	74
TOTAL	34.373	12.723

A diminuição verificada na rubrica Depósitos Judiciais/Recursais deve-se à baixa de depósitos efetuados por determinação judicial, em virtude da extinção da ação judicial. O aumento verificado na rubrica Recursos a Receber refere-se ao Contrato de Assunção de Dívida e Forma de Pagamento sob Condição Resolutiva celebrado entre o Bradesco e a CABEC, relativo à parte social do déficit técnico acumulado no exercício de 2014.

4.2.2. Gestão Administrativa

Em R\$ mil

GESTÃO ADMINISTRATIVA	2016	2015
Despesas Antecipadas	11	11
Pessoal e Encargos	9	9
Despesas Gerais	2	2
Depósitos Judiciais / Recursais	0	2
Cobertura Despesas Administrativas	79	76
Custeio Administrativo	79	76
TOTAL	90	89

4.2.3. Aplicações Financeiras

Em R\$ mil

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2016	2015
TÍTULOS PÚBLICOS	21.887	20.452
Títulos Públicos Federais	21.887	20.452
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	450	649
Debêntures de Companhias Abertas	450	649
FUNDOS DE INVESTIMENTO	317.778	284.207

Em R\$ mil

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2016	2015
Renda Fixa	203.057	157.818
Plano BD	202.910	156.571
PGA	147	1.247
Ações	5.994	5.011
Multimercado	101.489	107.170
Direitos Creditórios (FIDCs)	7.238	14.208
TOTAL	340.115	305.308

O aumento verificado em Fundos de Investimento encontra-se influenciado: ⁽¹⁾ pela rentabilidade auferida no período, no montante de R\$ 45.500 mil; ⁽²⁾ pela redução relativa aos pagamentos de benefícios e das despesas administrativas da Entidade, no valor de R\$ 40.000 mil; e ⁽³⁾ pelo ingresso de R\$ 19.983 mil relativo ao pagamento por parte do Patrocinador do Plano BD, da sua parte do déficit técnico atuarial acumulado do exercício de 2014, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Em R\$ mil

CLASSIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DE RENDA FIXA POR FAIXA DE VENCIMENTO, NATUREZA E MONTANTE				
Faixas de Vencimento Títulos e Valores Mobiliários de Renda Fixa	2016		2015	
	Para negociação	Mantidos até o vencimento	Para negociação	Mantidos até o vencimento
Até 60 dias	26.347	0,00	678	0,00
De 61 a 180 dias	0,00	2.789	566	0,00
De 181 a 360 dias	0,00	0,00	3.183	0,00
Acima de 360 dias	17.011	148.052	30.841	140.600
Total	43.358	150.841	35.268	140.600

Em R\$ mil

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO CLASSIFICAÇÃO POR VALORES DE AQUISIÇÃO E DE MERCADO X TIPO				
Títulos e Valores Mobiliários de Renda Fixa	2016		2015	
	Custo de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição	Valor de mercado
Títulos Públicos Federais				
Letra Financeira do Tesouro – LFT	13.590	14.466	0,00	0,00
Letra do Tesouro Nacional – LTN	0,00	0,00	0,00	0,00
Notas do Tesouro Nacional - NTN-over	26.347	26.347	678	678
Nota do Tesouro Nacional série B - NTN-B	0,00	0,00	29.634	28.188
Títulos Privados com baixo risco de crédito				
Debêntures	2.640	2.545	3.082	2.804
Letras Financeiras	0,00	0,00	3.403	3.598
Total	42.577	43.358	36.797	35.268

Exclui-se dessa classificação os títulos que compõem o Fundo Multimercado, por manterem aplicações em fundos abertos, Ações, Direitos Creditórios (FIDCs), além do lastro referente ao PGA.

Em R\$ mil

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO CLASSIFICAÇÃO POR VALORES DE AQUISIÇÃO E DE MARCAÇÃO PELA CURVA X TIPO				
Títulos e Valores Mobiliários de Renda Fixa	2016		2015	
	Custo de aquisição	Valor marcado pela curva	Custo de aquisição	Valor marcado pela curva
Títulos Públicos Federais				
Nota do Tesouro Nacional série B - NTN-B	112.422	136.981	112.422	128.335
Títulos Privados com baixo risco de crédito				
Debêntures	6.257	7.064	3.617	4.191
CDB	0,00	0,00	0,00	0,00
DPGE	2.335	2.789	2.335	2.427
Letra Financeira	4.769	6.551	4.769	5.647
Total	125.783	153.385	123.143	140.600

O aumento verificado nos papéis mantidos até o vencimento foi decorrente dos rendimentos dos títulos classificados nessa categoria, líquidos das amortizações realizadas no exercício. Exclui-se dessa classificação os títulos que compõem o Fundo Multimercado, por manterem aplicações em fundos abertos, Ações, Direitos Creditórios (FIDCs), além do lastro referente ao PGA.

A CABEC, em atenção ao Art. 9º da Resolução CGPC nº 4, de 30.01.2002, declara a sua intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

4.2.4. Títulos Objeto dos Ajustes de Precificação

O quadro abaixo refere-se ao controle do ajuste de precificação, que será deduzido, para fins de equacionamento de déficit atuarial, em conformidade com a Resolução CNPC nº 16, de 24/11/2014, com a Instrução PREVIC nº 19, de 05/02/2015 e Portaria nº 29, de 16/01/2017.

Em R\$ mil

TIPO	TAXA DE AQUISIÇÃO % a.a.	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE
NTN-B	6,517195	15/08/2018	7.300,00	21.890	22.181	291
NTN-B	5,748356	15/08/2018	1.754,00	5.318	5.330	12
NTN-B	7,100010	15/08/2018	4.300,00	12.787	13.066	279
NTN-B	5,098994	15/08/2020	2.300,00	7.144	7.035	- 109
NTN-B	5,550722	15/08/2022	350,00	1.080	1.077	- 3
NTN-B	6,852681	15/08/2022	2.600,00	7.568	8.003	435
NTN-B	6,730026	15/08/2022	370,00	1.083	1.139	56
NTN-B	5,648530	15/08/2030	2.500,00	7.804	7.837	33
NTN-B	6,492549	15/08/2030	600,00	1.740	1.881	141
NTN-B	6,492549	15/08/2030	188,00	545	589	44
NTN-B	6,513073	15/08/2030	600,00	1.736	1.881	145
NTN-B	5,658813	15/08/2040	2.500,00	7.887	7.944	57
NTN-B	6,338312	15/08/2040	4.600,00	13.377	14.618	1.241
NTN-B	6,576686	15/08/2050	1.300,00	3.644	4.164	520
NTN-B	6,340281	15/08/2050	15.000,00	43.377	48.049	4.672
TOTAL				136.980	144.794	7.814

4.2.5. Investimentos Imobiliários

Em R\$ mil

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	2016	2015
Edificações de Uso Próprio	999	789
Edificações Locadas a Patrocinador	5.648	3.882
Edificações Locadas a Terceiros	1.096	1.050
Participações em Shopping Center	6.684	6.245
Imóveis Alienados	196	196
TOTAL	14.623	12.162

O acréscimo verificado nos Investimentos Imobiliários, como um todo, foi decorrente de reavaliação dos imóveis, ocorrida em 2016.

4.2.6. Empréstimos a Participantes

Em R\$ mil

EMPRÉSTIMO A PARTICIPANTES	2016	2015
Participantes Ativos / Assistidos	4.277	5.285
TOTAL	4.277	5.285

4.2.7. Depósitos Judiciais/Recurrais

Em R\$ mil

DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	2016	2015
Depósito Judicial IPTU	0	137
Depósito Judicial IR	44	44
TOTAL	44	181

A diminuição verificada na rubrica depósitos judiciais/recursais deve-se a recebimento pela CABEC de IPTU relativo ação de restauração.

4.3. PERMANENTE

Em R\$ mil

IMOBILIZADO	2016	2015
Móveis e Utensílios	2	2
Máquinas e Equipamentos	5	7
Refrigerador de Ar	3	0
Computadores e Periféricos	19	24
TOTAL	29	33

O aumento verificado na conta do Imobilizado referente a rubrica Refrigerador de Ar deve-se a reparos efetuados nos equipamentos da espécie.

4.4. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Em R\$ mil

GESTÃO PREVIDENCIAL	2016	2015
Aposentadorias	137	45
Pensões	22	17

Em R\$ mil

GESTÃO PREVIDENCIAL	2016	2015
Valores a Pagar	12	301
Retenções a Recolher	189	199
IRRF sobre Folha Aposentadoria	187	195
IRRF sobre Folha Pensões	2	4
Outras Exigibilidades	19	21
Seguro Bradesco	17	17
Regularização de Contribuições Patronal	1	4
Regularização de Contribuições Participantes	1	4
TOTAL	379	583

A diminuição verificada na rubrica Valores a Pagar refere-se ao pagamento de benefícios a participante, relativos ao período de 2006 a 2015, por decisão judicial.

Em R\$ mil

GESTÃO ADMINISTRATIVA	2016	2015
Contas a Pagar	130	139
Pessoal e Encargos	92	81
Serviços de Terceiros	31	32
Despesas Gerais	7	26
Retenções a Recolher	15	16
Tributos a Recolher	4	4
TOTAL	149	159

Em pessoal e encargos registra-se a provisão de férias e seus encargos.

Em R\$ mil

INVESTIMENTOS	2016	2015
Investimentos Imobiliários	3	2
Empréstimos e Financiamentos	0	5
Outras Exigibilidades	78	75
Cobertura de Despesas Administrativas	78	75
TOTAL	81	82

4.5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Em R\$ mil

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	2016	2015
PREVIDENCIAL	13.391	14.621
Aposentadorias	13.017	14.013
Honorários Advocáticos	49	49
Reserva de Poupança (Expurgos Inflacionários)	325	559
ADMINISTRATIVO	0	2
TOTAL	13.391	14.623

Referem-se à constituição de provisão calculada pela CABEC em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, cuja expectativa de perda foi classificada como provável, em relatórios elaborados pelas assessorias jurídicas.

4.6. PATRIMÔNIO SOCIAL

4.6.1. Comparativo da Variação das Provisões Matemáticas

Em R\$ mil

RUBRICA	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS (2 + 3 - 4)	425.365	408.433	4,15
2. BENEFÍCIOS A CONCEDER	24.454	33.961	(27,99)
2.1. Valor Presente Atuarial dos Benefícios Futuros	26.033	36.112	(27,91)
2.2. (Valor Presente Atuarial das Contribuições Futuras)	(1.579)	(2.151)	(26,59)
3. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	424.693	374.472	13,41
4. (PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR)	(23.782)	0	100,00
5. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	377.996	317.896	18,91
RESULTADO (5 - 1)	(47.369)	(90.537)	(47,68)

Em relação ao exercício de 2015, a variação monetária do resultado de 2016, de R\$ 43.168 mil (90.537 - 47.369) na direção da diminuição do déficit, expressa a variação do Patrimônio de Cobertura do Plano que aumentou R\$ 60.100 mil influenciado pelo equacionamento do déficit técnico acumulado do exercício de 2014, combinado com a elevação das provisões matemáticas, de apenas R\$ 16.932 em razão do ingresso de Provisões Matemáticas a Constituir relativas ao equacionamento do déficit técnico acumulado do exercício de 2015.

4.6.2. Demonstração do Valor do Patrimônio de Cobertura do PLANO BD

Em R\$ mil

RUBRICA	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
1. Ativo Total	393.558	335.786	17,21
2. Exigível Operacional	(609)	(824)	(26,09)
3. Exigível Contingencial	(13.391)	(14.623)	(8,43)
4. Fundos	(1.562)	(2.443)	(36,06)
TOTAL	377.996	317.896	18,91

Conforme demonstrado no quadro acima, o Patrimônio de Cobertura do Plano resultou R\$ 377.996 mil. Em relação à posição de 31/12/2015, dito patrimônio registrou crescimento de 18,91%, influenciado pelo equacionamento do déficit técnico acumulado do exercício de 2014, sendo R\$ 19.983 mil pagos à vista, em 31/05/2016 pelo Patrocinador do Plano BD e R\$ 20.654 mil registrados em Recursos a Receber, conforme Contrato de Assunção de Dívida e Forma de Pagamento sob Condição Resolutiva celebrado entre o Bradesco e a CABEC, relativo à parte social do déficit técnico em questão. Referidos valores encontram-se atualizados até 31/12/2016, o primeiro pela rentabilidade do Plano BD e o segundo pela Meta Atuarial.

4.6.3. Resultado Atuarial

Confrontado o valor das provisões matemáticas, de R\$ 425.365 mil (R\$ 408.433 mil em 2015) com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, de R\$ 377.996 mil (R\$ 317.896 mil em 2015) restou apurado déficit técnico acumulado de R\$ 47.369 mil (R\$ 90.537 mil em 2015), pelos motivos justificados acima, cujo equacionamento será efetuado de acordo com as normas que regem a matéria.

5. PREMISSAS BIOMÉTRICAS, DEMOGRÁFICAS, ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

Elaboradas pelo atuário responsável pelo Plano BD, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, alterada pelas Resoluções MPS/CNPC nº 09/2012, nº 15/2014 e Resolução MTPS/CNPC nº 22/2015.

PREMISSAS FINANCEIRAS E ATUARIAIS	2016	2015
Taxa Real Anual de Juros	5,6% a.a.	5,6% a.a.
Rotatividade	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real de Salário	0,00%	0,00%
Tábua Atuarial de Mortalidade Geral de Válidos	AT - 2000 Basic, masculina, suavizada em 15%	AT - 2000 M, suavizada em 15%

PREMISSAS FINANCEIRAS E ATUARIAIS	2016	2015
Tábua Atuarial de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua Atuarial de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled-F	RP 2000 Disabled F
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários e dos Benefícios do Plano	0,975	0,975
Composição da Família de Pensionistas	Informada	Família real
Composição Familiar antes da aposentadoria	90% casados. Filhos - 2, cujo tempo que falta para atingirem a maioridade é (55 - idade do participante)/2	-
Composição Familiar após a aposentadoria	Informada	-

A taxa real anual de juros, de 5,6% (cinco inteiros e seis décimos por cento), empregada ao longo de 2016 é líquida de todos os custos, despesas e impostos associados ao investimento aplicado. Referida taxa resultou da demonstração da aderência e adequação da taxa real de juros, realizada com base no disposto no artigo 5º da Instrução PREVIC nº 07/2013, a partir de informações disponibilizadas pela Entidade e validadas pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), conforme disciplinado no parágrafo segundo do precitado artigo. Na definição da mencionada taxa real anual de juros foi igualmente observado o intervalo (limite superior e limite inferior) do valor percentual da taxa de juros parâmetro, constante da Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ), anexo da Portaria nº 197, de 14/04/2015, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

6. RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

Em 2016 a CABEC obteve rentabilidade nominal de 15,46% a.a. (12,76% a.a. em 2015), atingindo 123,19% da meta atuarial que foi de 12,55%, influenciada pelo INPC, do mesmo período, que alcançou 6,58%. A rentabilidade foi afetada positivamente pela boa performance do segmento de imóveis em 2016 que rendeu 32,89%, em consequência da reavaliação positiva dos imóveis, no valor de R\$ 2.528.594,16 contabilizada em maio e junho/2016. Os demais segmentos performaram positivamente (1) Renda Variável, com rentabilidade positiva de 13,32%; (2) Renda Fixa, com rentabilidade de 14,71%; e (3) Empréstimos, que rendeu 16,07%.

7. FUNDOS

7.1. FUNDO ADMINISTRATIVO – PGA: Atualizado com base na taxa média de rentabilidade dos investimentos da CABEC, é revertido pelo valor das despesas de administração da Gestão Previdencial que, a partir de 2010 passaram a ser pagas integralmente com recursos do fundo em questão, conforme autorização do Conselho Deliberativo sustentada por avaliação efetuada pelo atuário do Plano BD.

7.2. FUNDO DOS INVESTIMENTOS: Representa o Fundo de Quitação por Morte constituído por taxa calculada atuarialmente, cobrada por ocasião da liberação do empréstimo, sendo, ainda, o saldo atualizado monetariamente com base em taxa equivalente à média de rentabilidade dos investimentos da CABEC, e tem por objetivo liquidar o saldo devedor do empréstimo, em caso de morte do mutuário.

Em R\$ mil

FUNDOS	2016	2015
Administrativo	120	1.209
- Fundo Administrativo – PGA	120	1.209
Investimentos	1.442	1.234
- Fundo de Quitação por Morte CQM	1.442	1.234
TOTAL	1.562	2.443

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

8.1. EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO EM 31/12/2015

De acordo com o §10 do artigo 28 (caput) da Resolução MTPS/CGPC nº 26/2008, com as alterações dadas pela Resolução MTPS/CNPC nº 22/2015, o Plano de Equacionamento de Déficit Técnico Acumulado deve ser elaborado com base na posição de 31/12/2015, que importou em R\$ 90.537 mil. Para efeito de equacionamento do déficit técnico acumulado em questão, foi deduzido o equacionamento do déficit técnico apurado em 31/12/2014, no valor de R\$ 39.001 mil, restando déficit de R\$ 51.536 mil. Desse montante, foi deduzido o valor do ajuste de precificação dos títulos, mantidos até o vencimento, de R\$ 5.491 mil. Dessa forma, o valor do déficit, para fins de equacionamento, é de R\$ 46.045 mil. Por sua vez, o artigo em questão estabelece o valor do limite do déficit técnico, para efeito de não equacionamento, tendo esse limite resultado em R\$ 24.914 mil, de modo que a obrigatoriedade de equacionamento é de R\$ 21.131 mil (51.536 - 5.491 - 24.914). Para tanto, foi aprovado Plano de Equacionamento do Déficit Técnico Ajustado do exercício em questão, conforme Ata nº 424 de 28/12/2016, do Conselho Deliberativo, cuja efetiva implantação se dará, no dia 20/02/2017, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de aprovação.

8.2. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS DAS OFND

Em 2010, a ação coletiva movida pela ABRAPP visando à recuperação dos expurgos inflacionários relacionados às Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) transitou em julgado, com a confirmação da decisão favorável as Entidades que participaram da referida demanda judicial. Entretanto, a CABEC, embora tenha sido beneficiada da referida decisão, não efetuou qualquer contabilização da espécie, à época, por decisão dos órgãos estatutários. Posteriormente a PREVIC, através do Ofício nº 4627/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, de 14/10/2011, determinou às EFPC que enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal, relativo à referida ação judicial, não deve ser efetuado nenhum registro contábil, ficando a decisão tomada pela CABEC em linha com a determinação do Órgão Fiscalizador.

8.3. MANUTENÇÃO DO PATROCÍNIO

De acordo com o item 5.2, subitem "d" do EDITAL DE VENDA – EDITAL PND nº 2005/001, de 28/07/2005, a responsabilidade da manutenção de patrocínio do Plano de Benefícios Definido, administrado pela CABEC, é de 24 meses, tendo esse prazo se encerrado em dezembro/2007. Entretanto, até a conclusão dos trabalhos do Balanço, relativo ao exercício de 2016, não havia manifestação do Patrocinador a respeito do assunto.

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2017.

Sandra Maria Nery Araújo
Diretora Superintendente
CPF: 140.095.603-04

Francisco Luiz Fernandes
Diretor Financeiro
CPF: 042.833.413-04

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto
Diretora Adm. e de Seguridade
CPF: 167.574.753-91

Isaac Lopes de Menezes Almeida
Contador - CRC-CE 6.298
CPF: 032.759.223-00

PARECER ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE 31/12/2016

PARECER ATUARIAL

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 do Plano de Benefícios Definidos administrado pela CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, posicionado em 31/12/2016.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2016.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefícios Definidos são: CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC e Banco Bradesco S.A..

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela CABEC, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, da CABEC e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela CABEC aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios Definidos.

O Plano de Benefícios Definidos encontra-se em extinção desde 11/02/2014.

A avaliação atuarial à qual se refere este relatório reflete o regulamento vigente aprovado pela PREVIC pela Portaria nº 55 de 10/02/2014 publicada no D.O.U. Nº 29 de 11/02/2014.

I – Estatísticas

BENEFÍCIOS A CONCEDER	31/12/2016
Participantes ativos ¹	
Número	72
Idade média (em anos)	54,9
Tempo de serviço médio (em anos)	31,6
Participantes em aguardo de benefício proporcional	
Número	2
¹ Inclui 11 participantes autopatrocinados e 3 participantes em auxílio doença	

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	31/12/2016
Aposentados válidos	
Número	929
Idade média (em anos)	64,4
Valor médio do benefício (em reais)	2.939,03
Aposentados inválidos	
Número	77
Idade média (em anos)	61,8
Valor médio do benefício (em reais)	1.371,78
Pensionistas (grupos familiares)	
Número	112
Idade média (em anos)	64,1
Valor médio do benefício (em reais)	1.313,43

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	2016
Taxa real anual de juros	5,60%
Projeção do crescimento real de salário	0,00%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo	
- Salários	97,5%
- Benefícios do plano	97,5%

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS	2016
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic masculina suavizada em 15%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disable Feminina
Tábua de Entrada de Invalidez	Álvaro Vindas
Tábua de Rotatividade	Nula

OUTRAS HIPÓTESES	2016
Probabilidade de aposentadoria	100% ao atingir a 1ª elegibilidade à Complementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição ou por Idade
Composição familiar	
Benefícios concedidos	
- Aposentados	Composição informada
- Pensionistas	Composição informada
Benefícios a conceder	
- Cônjuge	Mulher 4 anos mais jovem que o homem
- Probabilidade de casados na aposentadoria	90%

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, a Portaria Previc nº 186/2016 e a Instrução nº 23/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela CABEC para desenvolver o estudo da taxa real de juros. Utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano posicionados em 31/12/2015, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas e demográficas realizados em dezembro/2015 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Os resultados do estudo de aderência e adequação da taxa real de juros, considerando a distribuição da rentabilidade real líquida projetada para o Plano de Benefícios Definidos indicam significativa capacidade de rentabilização dos ativos classificados como “para negociação” a 5,50% a.a. na média e dos ativos classificados como “mantidos até o vencimento” a 5,56% a.a..

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com nível de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,72% a.a. para o plano de benefícios. Com um nível de confiança de 55% a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos é compatível com a taxa real de juros de 5,60% a.a.. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 186/2016 para esse plano (limite inferior: 4,33% a.a. e limite superior: 6,59% a.a.).

Assim, pode-se afirmar, com elevado nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juros de 5,60% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB) e as informações relativas aos investimentos providenciadas e validadas pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ).

O referido estudo foi submetido para aprovação da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da CABEC e deverá ser

aprovado por meio de Parecer do Conselho Fiscal da Entidade.

Sendo assim, a CABEC e as patrocinadoras do Plano de Benefícios Definidos optaram por manter a taxa real anual de juros de 5,60% a.a. adotada na avaliação atuarial de 2015, para determinação do passivo atuarial do plano, estruturado na modalidade de benefício definido.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção do crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo das patrocinadoras do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

Para 2016 foi mantida a hipótese de projeção de crescimento real de salários utilizada na avaliação atuarial de 2015, visto que segundo a Instrução nº23/2015, os estudos de aderência realizados em Dezembro/2015 ainda encontram-se vigentes.

As patrocinadoras consideram que a taxa de projeção do crescimento real dos salários de 0,0% a.a. apontada no estudo reflete as suas expectativas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado.

Projeção do crescimento real dos benefícios

A taxa de projeção do crescimento real dos benefícios deve ser baseada na expectativa de existência de um "spread" entre o indexador de plano, que baliza a hipótese do retorno dos investimentos e o índice que determina o reajuste dos benefícios de modo a refletir o aumento ou redução médio real concedido aos benefícios.

Com base no regulamento desse plano, não há previsão de aumentos reais dos benefícios.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 97,5% nos salários e benefícios do plano reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 5,50%.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano de Benefícios Definidos foram realizados estudos de aderência de hipóteses em Dezembro/2015.

Para 2016 foram mantidas as hipóteses biométricas e demográficas utilizadas na avaliação atuarial de 2015, visto que segundo a Instrução nº23/2015, os estudos de aderência possuem validade de 3 anos.

A Willis Towers Watson recomenda o contínuo acompanhamento das ocorrências na análise de aderência.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os benefícios/institutos do Plano de Benefícios Definidos são avaliados conforme os regimes e métodos descritos a seguir:

- » Regime de Repartição Simples – Auxílio-Doença, Auxílio-Reclusão e Pecúlio por Morte;
- » Regime de Capitalização – Método Agregado – para os demais benefícios.

Comentários sobre métodos atuariais

O método atuarial adotado gera custos nivelados para o grupo como um todo, podendo haver flutuações por se tratar de um grupo fechado.

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18/2006.

III – Patrimônio Social

De acordo com o balancete do Plano de Benefícios Definidos administrado pela CABEC, de 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Social é de R\$ 379.558.025,35.

O valor do ativo a integralizar em 31 de dezembro de 2016 corresponde à dívida assumida pela patrocinadora Banco Bradesco S.A., no valor de R\$ 22.875.634,59.

De acordo com as informações prestadas pela CABEC para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano de Benefícios Definido possui instrumentos de controle que permitem gerenciar o monitoramento da capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes e assistidos, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do Plano de Benefícios, conforme determina a Resolução CGPC nº 4/2002.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios Definidos ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela CABEC.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	VALORES EM R\$
Patrimônio Social	379.558.025,35
Patrimônio de Cobertura do Plano	377.995.932,89
Provisões Matemáticas	425.365.399,29
Benefícios Concedidos	424.693.409,00
Contribuição Definida	0,00
» Saldo de Conta de Assistidos	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	424.693.409,00
» Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	389.592.229,00
» Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	35.101.180,00
Benefícios a Conceder	24.454.233,00
Contribuição Definida	0,00
» Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	0,00
» Saldo de Contas – Parcela Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	23.559.802,04
» Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	25.081.128,00
» Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(760.662,98)
» Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(760.662,98)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	894.430,96
» Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	952.187,00
» Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(28.878,02)
» Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(28.878,02)
Provisão Matemática a Constituir	(23.782.242,71)
Serviço Passado	0,00
» Patrocinador(es)	0,00
» Participantes	0,00
Déficit Equacionado	(23.782.242,71)
» Patrocinador(es)	(11.717.511,00)
» Patrocinador BRADESCO - Benefícios Concedidos - 2015	(10.672.506,19)
» Patrocinador BRADESCO - Benefícios a Conceder - 2015	(967.264,99)
» Patrocinador CABEC - Benefícios Concedidos - 2015	(71.279,63)

	VALORES EM R\$
» Patrocinador CABEC - Benefícios a Conceder - 2015	(6.460,19)
» Participantes – Benefícios a Conceder - 2015	(1.002.579,20)
» Assistidos – Benefício Concedidos - 2015	(11.062.152,51)
» Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Equilíbrio Técnico	(47.369.466,40)
Resultados Realizados	(47.369.466,40)
Superávit Técnico Acumulado	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
Déficit Técnico Acumulado	(47.369.466,40)
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	1.562.092,46
Fundos Previdenciais	0,00
Fundo Administrativo	120.060,91
Fundo de Investimentos	1.442.031,55

O valor das Provisões Matemáticas a Constituir alocado na conta Déficit Equacionado no valor de R\$ 23.782.242,71 (vinte e três milhões, setecentos e oitenta e dois mil, duzentos e quarenta e dois reais e setenta e um centavos) corresponde ao valor do déficit equacionado apurado em 31/12/2015 atualizado pela meta atuarial para 31/12/2016, segregado entre patrocinadoras e participantes na proporção das contribuições normais vertidas no exercício de 2015, conforme descrito em plano de equacionamento específico. A segregação do déficit dos participantes entre ativos e assistidos foi feita com base na proporção das provisões matemáticas de 31/12/2015.

De acordo com informações prestadas pela CABEC, em 31/12/2014 foi apurado um déficit técnico no valor de R\$ 33.190.102,27 (trinta e três milhões, cento e noventa mil, cento e dois reais e vinte e sete centavos) a ser equacionado conforme estabelecido no Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Forma de Pagamento celebrado entre a CABEC e o Banco Bradesco S.A. em 05/05/2016, o qual consta a previsão de pagamento em 2 parcelas: i) a primeira de responsabilidade exclusiva do Banco Bradesco no valor de R\$ 19.983.242,75 (dezenove milhões, novecentos e oitenta e três mil, duzentos e quarenta e dois reais e setenta e cinco centavos) posicionada em maio/2016, já quitada nessa data; ii) a segunda parcela, assumida pelo Banco Bradesco sob condição resolutive, no valor de R\$ 22.875.634,59 (vinte e dois milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e trinta e quatro reais e cinquenta e nove centavos) posicionada em 31/12/2016, a ser corrigida pela meta atuarial do Plano BD no período de 01/01/2017 até a data do efetivo pagamento, e pago até 31/03/2019 ou, por ocasião da retirada total de patrocínio, se anterior.

Ajuste de Precificação e Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado

Conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, é obrigatório o cálculo e aplicação do ajuste de precificação para a avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2016, nas situações de equacionamento de déficit e destinação de superávit.

Dessa forma, foi calculado pela CABEC o valor de ajuste de precificação no valor de R\$ 7.814.018,80 do Plano de Benefícios Definidos correspondente à diferença entre o valor dos seus títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, considerando a taxa de juros real anual de 5,60% e o valor contábil desses títulos.

Apresentamos abaixo a apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado considerando o Ajuste de Precificação para o Plano de Benefícios Definidos:

	VALORES EM R\$
a) Resultados Realizados	(47.369.466,40)
a.1) Superávit Técnico Acumulado	0,00
a.2) Déficit Técnico Acumulado	(47.369.466,40)
b) Ajuste de Precificação	7.814.018,80
Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(39.555.447,60)

Déficit Equacionado e Déficit Técnico Acumulado

De acordo com o art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015, deverá ser elaborado e aprovado um plano de equacionamento do déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{» Limite de Déficit Técnico Acumulado} = 1\% \times (\text{duração do passivo do plano} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$$

Para o Plano de Benefícios Definidos, considerando a duração do passivo calculada em 31/12/2016, temos a apuração do seguinte limite:

DURAÇÃO (ANOS)	LIMITE PELA FÓRMULA (%)	PROVISÕES MATEMÁTICAS	LIMITE DO DÉFICIT
10,73	1% x (10,73 - 4) = 6,73%	R\$ 449.147.642,00	R\$ 30.227.636,31

	VALORES EM R\$
a) Equilíbrio Técnico Ajustado	(39.555.447,60)
b) Limite do Déficit	30.227.636,31
Déficit a ser Equacionado - 2016 (a+b)	(9.327.811,29)

Uma vez que o equilíbrio técnico ajustado ultrapassa o limite de 6,73% das provisões matemáticas do plano, a CABEC deverá apresentar até o final do exercício subsequente, conforme previsto no Parágrafo 1º do Art.28 da Resolução CGPC nº 26/2008, um plano de equacionamento que contemple, ao menos, o valor de R\$ 9.327.811,29, que corresponde ao resultado Déficitário acumulado excedente ao limite. O prazo de amortização deste déficit será de 193 meses (prazo correspondente a uma vez e meia a duração do passivo do plano) contados a partir de 31/12/2016, conforme Resolução CGPC nº18/2006.

Ressaltamos que, conforme Parágrafo 5º do Art. 28 da referida legislação, entende-se por Provisões Matemáticas as parcelas dos planos estruturadas sob a forma de benefício definido, independente da modalidade que o plano de benefícios esteja estruturado, deduzidas as respectivas provisões matemáticas a constituir.

V – Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2016.

	VALORES EM R\$		
	EXERCÍCIO ENCERRADO	EXERCÍCIO ANTERIOR ATUALIZADO	VARIAÇÃO EM %
Passivo Atuarial	449.147.642,00	424.449.645,36	5,82%
Benefícios Concedidos	424.693.409,00	385.219.382,10	10,25%
Benefícios a Conceder	24.454.233,00	39.230.263,25	-37,66%
Valor Presente dos Benefícios Futuros	26.033.315,00	40.643.946,04	-35,95%
Valor Presente das Contribuições Futuras	(1.579.082,00)	(1.413.682,78)	11,70%

O aumento do passivo atuarial ocorreu principalmente devido à diferença de metodologia utilizada no cálculo das provisões matemáticas entre o antigo atuário responsável pela avaliação atuarial de 2015 e esta consultoria, dentre outros fatores.

Além disso, houve considerável movimentação das provisões matemáticas de benefícios a conceder para benefícios concedidos, devido às novas concessões ocorridas no decorrer do exercício.

VI – Plano de Custeio

Contribuições Normais

As patrocinadoras e os participantes ativos, autopatrocinados e aposentados deverão efetuar as contribuições resultantes das taxas indicadas na tabela abaixo sobre o salário de participação:

PARCELA DO SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO
Até 0,5 VR	3,0%
Entre 0,5 VR e 1,0 VR	5,0%
Entre 1,0 VR e 3,0 VR	11,0%

Nota: O Valor de Referência (VR) do plano, vigente em 31/12/2016, corresponde a R\$ 5.106,84.

A contribuição de 15% para cobertura das despesas administrativas incidirá sobre as contribuições normais de patrocinadoras e participantes efetuadas para o plano.

Contribuições Extraordinárias

As patrocinadoras e todos os participantes do plano (ativos, autopatrocinados, aguardando benefício proporcional diferido, aposentados e pensionistas) deverão efetuar contribuições mensais extraordinárias para cobertura das Provisões Matemáticas a Constituir – Déficit Equacionado 2015, referente aos benefícios a conceder e benefícios concedidos, conforme Plano de Equacionamento de Déficit II – 31/12/2015, pelo prazo de 169 meses, contados a partir de fevereiro/2017.

Resumo do plano de custeio

CONTRIBUIÇÃO ESTIMADA EM % DA FOLHA DE SALÁRIOS /FOLHA DE BENEFÍCIOS	2017
Contribuições Normais¹	
Patrocinadora – participantes ativos	5,35%
Patrocinadora – participantes aposentados	10,80%
Participantes ativos	5,35%
Participantes autopatrocinados ²	10,70%
Participantes aposentados	10,80%
Contribuições Extraordinárias³	
Déficit Equacionado 2015 ⁴	
Patrocinadoras – Benefícios a Conceder	1,71%
Patrocinadoras – Benefícios Concedidos	2,98%
Participantes ativos e BPDs	1,76%
Participantes autopatrocinados ²	3,47%
Participantes aposentados e pensionistas	3,07%

¹ As contribuições normais são efetuadas 13 vezes ao ano, incidindo sobre o 13º salário e sobre o abono anual.
² Conforme regulamento vigente, os autopatrocinados assumem, além de suas contribuições, as contribuições do patrocinador.
³ As contribuições extraordinárias são efetuadas 12 vezes ao ano.
⁴ As contribuições para o déficit equacionado 2015 serão iniciadas em fevereiro/2017, conforme plano de equacionamento.

VII – Certificação de Solvência

Para certificar a solvência do Plano de Benefícios Definidos da CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC, conforme solicita a legislação vigente, é feita uma análise considerando a parcela do patrimônio do plano que possui liquidez imediata e as contribuições e pagamentos de benefícios estimados para o próximo exercício, conforme tabela abaixo:

	VALORES EM R\$
Patrimônio do plano com liquidez imediata em 31/12/2016 ¹	188.678.426,94
Contribuições Normais – 2017 ²	555.632,00
Contribuições Extraordinárias – 2017	2.232.268,94
Pagamentos de Benefícios – 2017 ²	(33.197.871,00)
Atualização pela meta atuarial ³	18.690.722,53
Patrimônio do plano com liquidez imediata em 31/12/2017	176.959.179,41

¹ Valor informado pela CABEC.
² Os pagamentos de benefícios encontram-se líquidos das contribuições normais de aposentados e patrocinadoras e por consequência as contribuições normais estimadas para 2017 consideram apenas as contribuições de participantes ativos e patrocinadora.
³ Meta atuarial composta pela taxa de desconto de 5,60% com a inflação de 4,90% estimada pelo Banco Central para 2017.

Conforme observado, os recursos do plano são suficientes para garantir o pagamento dos benefícios do plano no decorrer do ano de 2017, certificando assim a solvência do Plano de Benefícios Definidos da CABEC.

VIII – Conclusão

A redução do déficit técnico em 2016 quando comparado ao valor de 31/12/2015 decorre principalmente da criação do contrato de dívida referente ao déficit de 31/12/2014, com pagamento já efetuado da primeira parcela pelo Banco Bradesco e do equacionamento do déficit de 2015.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial regular do Plano de Benefícios Definidos da CABEC, informamos que, nos termos das normas vigentes, o plano é solvente e encontra-se financeiramente equilibrado, uma vez foi firmado contrato de confissão de dívida do déficit de 2014, que foram estabelecidas contribuições extraordinárias para equacionamento do déficit de 2015 e que o déficit de 2016 será objeto de novo plano de equacionamento dentro dos prazos estabelecidos pela legislação vigente.

Este parecer atuarial foi elaborado para a CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2017.

Gesiane Cavalcante
MIBA nº 889

Vinicius Branco Gonçalves
MIBA nº 1.101

RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores, Participantes e Assistidos da
CABEC - CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC
Fortaleza - CE

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da CABEC – CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do ativo líquido, da mutação do patrimônio social, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CABEC - CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASES

1) Conforme mencionado na nota explicativa 4.6.3, no exercício de 2016 o plano de benefício da CABEC apresentou déficit atuarial acumulado de R\$ 47.369 mil. De acordo com o artigo 28 (caput) e parágrafo 1º da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, com as alterações dadas pela MTPS/CNPC nº 22/2015, o Plano de Equacionamento do referido déficit deve ser elaborado com base na posição de 31/dez./16 e aprovado pelo Conselho Deliberativo dessa entidade até 31/dez./17.

2) Com relação ao equacionamento do déficit técnico acumulado em 31/dez./15, conforme descrito na nota explicativa 8.1, de acordo com o § 10 do artigo 28 (caput) da Resolução MTPS/CGPC nº 26/2008, com as alterações dadas pela Resolução MTPS/CNPC nº 22/2015, o Plano de Equacionamento de Déficit Técnico Acumulado deve ser elaborado com base na posição de 31/dez./15 que importou em R\$ 90.537 mil. Para efeito do equacionamento do referido déficit foi deduzido o equacionamento do déficit técnico apurado em 31/dez./14 no valor de R\$ 39.001 mil, restando déficit de R\$ 51.536 mil. Desse montante foi deduzido o valor do ajuste de precificação dos títulos, mantidos até o vencimento de R\$ 5.491 mil, portanto, o valor do déficit, para fins de equacionamento é de R\$ 46.045 mil. Com base no artigo retrocitado o qual estabelece o valor do limite do déficit técnico, para efeito de não equacionamento apurou-se limite de R\$ 24.914 mil resultando na obrigatoriedade de equacionamento no montante de R\$ 21.131 mil. Para fins de equacionamento do referido déficit foi aprovado plano de equacionamento conforme ata do Conselho Deliberativo nº 424 de 28/dez./16, cuja efetiva implantação se dará em 20/fev./17 dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de aprovação.

3) Conforme descrito na nota explicativa 8.2, em 2010, a ação coletiva movida pela ABRAPP visando à recuperação dos expurgos inflacionários relacionados às Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) transitou em julgado, com a confirmação da decisão favorável as entidades que participaram da referida demanda judicial. Entretanto, a CABEC, embora tenha sido beneficiada da referida decisão, não efetuou qualquer contabilização da espécie, à época, por decisão dos órgãos estatutários. Posteriormente a PREVIC, através do Ofício nº 4627/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, de 14/10/2011, determinou às EFPC que enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal, relativo à referida ação judicial, não deve ser efetuado nenhum registro contábil, ficando a decisão tomada pela CABEC alinhada com a determinação do Órgão Fiscalizador.

4) De acordo com a nota explicativa 8.3 e ainda o item 5.2 subitem “d” do Edital de Venda – EDITAL PND nº 2005/0001, de 28/jul./05, a responsabilidade da manutenção de patrocínio do Plano de Benefícios definido, administrado pela CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC é de 24 meses, tendo esse prazo se encerrado em dezembro de 2007. Entretanto, até a presente data não houve qualquer manifestação do patrocinador sobre esse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria do período anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, conforme relatório emitido em 19/fev./16 sem modificação de opinião e com ênfases quanto aos mesmos assuntos descritos nos parágrafos “2”, “3” e “4” da seção Ênfases deste relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base

nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 20 de fevereiro de 2017.

AudiLink & Cia. Auditores
CRC-RS 003688/O-2 F-CE
Nélson Câmara da Silva
Contador CRC/RS 023584/O-8 S-CE

MANIFESTAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

MANIFESTAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA CABEC – CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC, RELATIVA AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2016.

A Diretoria Executiva da CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC, em sua Reunião nº 360, realizada em 22 de fevereiro 2017, dando cumprimento a suas atribuições legais e estatutárias, declara a regularidade de suas contas para manifestação do Conselho Deliberativo, com base no Balanço Patrimonial Consolidado; na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (Consolidada); na Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (Consolidada); na Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL (Plano BD); na Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (Plano BD); na Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD); nas Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis, consolidadas, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2016, tudo comparativamente ao ano anterior e relativo ao Plano BD,  nico Plano de Benefícios Previdencial administrado pela CABEC, nos Pareceres emitidos pela Willis Towers Watson e pelo Conselho Fiscal, bem como no Relatório dos auditores independentes emitido pela Audilink & Cia Auditores. Cabe destacar, do resultado apresentado, o déficit técnico acumulado de R\$ 47,4 milhões. Em razão de situação também Déficitária do Plano de Benefícios, no exercício de 2015, foi aprovado Plano de Equacionamento do Déficit Técnico Ajustado do exercício em questão, de acordo com o   10 do Art. 28 da Resolução MPS/CGPC n  26/2008, alterada pela Resolução MTPS/CNPC n  22/2015, conforme Ata n  424 de 28/12/2016, do Conselho Deliberativo, cuja efetiva implantação se deu em 20/02/2017, dentro do prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data de aprovação.

Fortaleza (CE), 22 de fevereiro de 2017.

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto
Diretora Adm. e de Seguridade

Francisco Luiz Fernandes
Diretor Financeiro

Sandra Maria Nery Araújo
Diretora Superintendente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CABEC – CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC, RELATIVO AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2016.

Este Conselho aprova o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras e a prestação de contas da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 2016, à vista das verificações realizadas mensalmente nos balancetes da Entidade, bem como baseado no Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela Audilink & Cia. Auditores, e no Parecer Atuarial emitido pela Willis Towers Watson, enfatizando-se que todos os fatos merecedores de registro estão devidamente consignados nas Atas das reuniões deste Colegiado. Destaque-se do resultado apresentado, déficit técnico acumulado de R\$ 47,4 milhões, que deverá ser equacionado de acordo com as normas que regem a matéria.

Em razão de situação também Déficitária do Plano de Benefícios, no exercício de 2015, foi aprovado Plano de Equacionamento do Déficit Técnico Ajustado do exercício em questão, de acordo com o § 10 do Art. 28 da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução MTPS/CNPC nº 22/2015, conforme Ata nº 424 de 28/12/2016, do Conselho Deliberativo, cuja efetiva implantação se deu em 20/02/2017, dentro do prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data de aprovação.

Fortaleza (CE), 23 de fevereiro de 2017.

Maria Nailma Marques Pereira
Presidente do Conselho Fiscal

João Herty Lima Silva
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA CABEC – CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC, RELATIVA AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2016.

O Conselho Deliberativo da CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC, em sua Reunião nº 427, realizada em 17 de março de 2017, dando cumprimento a suas atribuições legais e estatutárias, após ter examinado o Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior; a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidado) comparativa com o exercício anterior; a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior; a Demonstração do Ativo Líquido – DAL do Plano BD comparativa com o exercício anterior; a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT do Plano BD, comparativa com o exercício anterior, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas e o relatório dos atos e das contas da Diretoria Executiva referentes ao exercício encerrado em 31/12/2016, levando em conta a avaliação atuarial do plano de benefício administrado pela CABEC e o parecer atuarial, realizados pela empresa Willis Towers Watson, o relatório dos auditores independentes AUDILINK & CIA. AUDITORES, o parecer do Conselho Fiscal da CABEC e a Manifestação da Diretoria Executiva, deliberou por aprovar os atos e contas relativos ao exercício encerrado em 31/12/2016. Destaque-se do resultado apresentado déficit técnico acumulado de R\$ 47,4 milhões.

Em razão de situação também Déficitária do Plano de Benefícios, no exercício de 2015, foi aprovado Plano de Equacionamento do Déficit Técnico Ajustado do exercício em questão, de acordo com o § 10 do Art. 28 da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução MTPS/CNPC nº 22/2015, conforme Ata nº 424 de 28/12/2016, do Conselho Deliberativo, cuja efetiva implantação se deu em 20/02/2017, dentro do prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data de sua aprovação.

Fortaleza (CE), 17 de março de 2017.

Carlos Armando Holanda Siebra
Presidente do Conselho, em exercício

Ivan Sabóia de Sena
Conselheiro

Antônio Carlos Vilar
Conselheiro

Carlos Eduardo Fernandes Sousa
Conselheiro

Mônica de Souza Oliveira Alves
Conselheira

PATROCINADORES

BANCO BRADESCO S.A.
CNPJ 60.746.948/0001-12

CABEC – CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC
CNPJ 07.083.033/0001-91

CONSELHO DELIBERATIVO

Maurilísio Nepomuceno de Araujo – Presidente
Mônica de Souza Oliveira Alves
Francisco Ilídio Moreira Silva
Carlos Eduardo Fernandes Sousa
Ivan Sabóia de Sena
Francisca Marcos de Abreu
Carlos Armando Holanda Siebra (Suplente)
Maria Cláudia Mércia Brasileiro Dias (Suplente)
Rosanne Viana de Carvalho (Suplente)
Francisco Aristides Câmara Ferreira de Medeiros (Suplente)
Antonio Carlos Vilar (Suplente)

CONSELHO FISCAL

Maria Nailma Marques Pereira – Presidente
João Herty Lima Silva
Ilana Maria Maciel Goes Coelho (Suplente)
Sérgio Jorge Gondim (Suplente)
José Airton Campos (Suplente)

DIRETORIA EXECUTIVA

Sandra Maria Nery Araújo – Diretora Superintendente
Francisco Luiz Fernandes – Diretor Financeiro
Elisabeth Maria Moreira Lima Porto – Diretora Administrativa e de Seguridade

RELATÓRIO ANUAL 2016

